



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 141

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 141

134ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 12

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 17

Dep. Tadeu Veneri 20

Dep. Teruo Kato 21

Dep. Professor Lemos 22

Dep. Péricles de Mello 23

Grande Expediente:

Dep. Antonio Belinati 18

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 23

Liderança do PDT

Dep. Neivo Beraldin 25

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost 28

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 30

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 31

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 34

Discussão/Votação

Redação Final 35

3ª Discussão 36

2ª Discussão 36

1ª Discussão 37

Requerimentos 38

Encerramento da Sessão 38

DIÁRIO Nº 141

134ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 134ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Reni Pereira e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Accorsi, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (40).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Mario Roque, Milton Pupio e Osmar Bertoldi (08).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Elton Welter, Caíto Quintana, Fernando Scanavaca e as Sras. Deputadas: Luciana Rafagnin e Rosane Ferreira (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 929/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a cessão de uso definitivo da quadra 47 e instalações ao Município de Paranaíba.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao senhor Governador do Estado e à Secretaria da Educação que determinem a cessão de uso definitivo da quadra 47 e instalações onde funciona a Escola Municipal Cecília Meireles, ao Município de Paranaíba, pela razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Há anos a referida Escola Municipal Cecília Meireles funciona em prédio pertencente ao Estado, e toda a comunidade do entorno que dela faz uso tem nessa escola não só um centro de educação, mas uma referência no lazer e bem-estar para suas crianças que a frequentam.

Por essa razão, apresentamos o pleito da comunidade, que nos foi enviado pelos ilustres edis da Cidade, ao Governo do Estado do Paraná, certos de poder contar com o seu apoio.

INDICAÇÃO Nº 930/09

SÚMULA:

Sugere a implantação do Serviço de Implante Coclear no Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte.

I - implantação do Serviço de Implante Coclear no Hospital Universitário de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação, objetiva a atender inúmeras solicitações da Universidade Estadual de Maringá.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 931/09

SÚMULA:

Sugere a implementação das atividades de Cirurgia Urológica no Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte.

I - implementação das atividades de Cirurgia Urológica no Hospital Universitário de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação, objetiva a atender inúmeras solicitações da Universidade Estadual de Maringá.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 932/09

SÚMULA:

Sugere a melhoria da infraestrutura para ampliação de Cirurgias Otorrinolaringológicas no Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte.

I - melhoria da infraestrutura para ampliação de Cirurgias Otorrinolaringológicas no Hospital Universitário de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação, objetiva a atender inúmeras solicitações da Universidade Estadual de Maringá.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 933/09

SÚMULA:

Sugere a atualização da Tecnologia Hospitalar em Cirurgia Urológica no Hospital Universitário de Maringá.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte.

I - atualização da Tecnologia Hospitalar em Cirurgia Urológica no Hospital de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação, objetiva a atender inúmeras solicitações da Universidade Estadual de Maringá.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 5601

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 19 de novembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 5625

Senhor Presidente:

Felipe Lucas no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização para ausentar-se da reunião desta quarta-feira dia 18/11/09, tendo em vista que estará em reunião na Embaixada da Ucrânia em Brasília. Justifica também a ausência nas reuniões dos dias 10 e 11 de novembro, pelo mesmo motivo.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) FELIPE LUCAS

REQUERIMENTO Nº 5642

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, justificativa de ausência, da Sessão do dia 17 de novembro, por motivo de reunião com direção de hospitais que atendem pelo SUS para tratar de emendas coletivas da Comissão de Saúde.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 5648

Senhor Presidente:

Pelo presente, a Deputada Luciana Rafagnin, REQUER justificativa de sua ausência na presente Sessão em razão de estar participando em Brasília, juntamente com Prefeitos da AMP (Associação dos Municípios do Paraná) de audiência como Ministro do Planejamento, Sr. Paulo Bernardo da Silva.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 5654

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, justificativa de ausência nas sessões realizadas no dia 11/11/09, em virtude de compromissos políticos previamente agendados no interior do Estado.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 5647

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação e no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a formalização da atuação conjunta das Comissões de Fiscalização, de Ecologia e Meio Ambiente e de Obras Públicas, Transportes e Comunicação para apurar denúncias a respeito das licenças ambientais e contratos de aterros de iniciativa privada no âmbito do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 5613

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Airto José Giordani, ocorrido no dia 13/11/09, no Município de Nova Aurora/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa Sra. Maria Soares Giordani.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor e dedicação à família e ao próximo. O Sr. Airto foi um exemplo a ser seguido pelas atuais e futuras gerações. Soube deixar uma grande marca de honestidade e caráter.

De origem humilde, acostumado a andar com

os pés descalços na terra, a sentir o cheiro gostoso do mato após a chuva. Homem trabalhador, Airto aprendeu a respeitar o campo, o meio ambiente e a tirar o seu pão através da lida diária na lavoura.

Casado com a senhora Maria Soares Giordani, juntos construíram uma história e souberam cativar simpatias e respeito de todos. Sua esposa, seus três filhos, assim como seus familiares e amigos, com certeza, sentirão a sua ausência.

Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos aqui na terra, por isso queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares, rogando a Deus que conforte e ampare a todos.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 5614

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Otávio Bosa, ocorrido no dia 16/11/09, no Município de Vitorino/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Ercide Ghedin Bosa.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Às vezes ocorrem fatos que nem de longe conseguimos entender ou compreender. Por mais que busquemos respostas, muitos acontecimentos se envolvem em contundentes mistérios e se tornam inexplicáveis.

Assim é que definimos o falecimento de Otávio Bosa. Homem inteligente, equilibrado e outras virtudes faziam com que ele fosse uma das principais lideranças políticas e empresariais no Município.

Esposo, pai, avô, trabalhador e amigo, sua existência foi marcada pela forma generosa de ser.

Como trabalhador, lutou incansavelmente para superar as dificuldades. Foi agropecuarista e mais tarde ingressou na vida pública, ocupando os cargos de Vereador e vice-Prefeito. Foi um desbravador, lutando incansavelmente para dar progresso e desenvolvimento a Vitorino. Mostrando-se um líder nato, envolveu-se nos assuntos comunitários. E em todas as grandes decisões, participou ativamente. Era um ser humano generoso e abnegado. Jamais deixou de cooperar objetivando diminuir o sofrimento das pessoas menos protegidas pela sorte.

No âmbito familiar, criou com muito esmero e disciplina seus oito filhos: Adriano, Alda, Anita, Antonio, Belmira, Bernadete, Boaventura e Enilde. Como marido, sempre foi companheiro, leal e amigo. Como avô, participou de forma presente da criação de seus netos e como bisavô de seus bisnetos. Casado com a Sra. Ercide Ghedin Bosa, juntos construíram uma vida e souberam cativar simpatias e respeito de todos.

Enfim, adjetivos não faltam para qualificá-lo, uma vez que em vida deixou uma grande marca de honestidade, humildade e caráter. Todos, com certeza, sentirão amargamente a ausência do Sr. Otávio.

Todavia, é necessário partir de pressuposto de que Deus, na sua inesgotável bondade e sabedoria é justo e sabe o que faz, por isso resta-nos neste instante de profundo sofrimento, dor e tristeza para família, amigos e conhecidos, rogar ao Pai supremo que acolha este filho, reservando-lhe um local junto à morada eterna.

REQUERIMENTO Nº 5627

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa de Leis, o envio de voto de pesar pelo falecimento da Sra. Dinorah Lago da Luz, ocorrido no dia 09/11/09.

Nestes termos, pede diferimento, solicitando o envio de cópia para a família.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 5633

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. João Carlos Farracha de Castro, ocorrido no dia 13 de novembro.

Farracha, como era conhecido e chamado por todos, deixará saudades. Era médico e ex-diretor do Clube Atlético Paranaense.

Expressiva personalidade, foi conselheiro atuante do Clube Atlético Paranaense nas décadas de 80 e 90, tendo lutado pelo retorno do club, para sua sede da baixada. Primeiro diretor de Marketing do CAP, realizou várias campanhas em benefício do clube.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 5641

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Leocádio Suami de Melo e Silva, ocorrido no dia 15 de novembro.

Leocádio da Silva, como era conhecido e chamado por todos, deixará saudades. Era Guarda Municipal no Município de Curitiba.

Dedicado profissional, estava na corporação desde 1992. Atualmente prestava serviço na Escola Municipal Senador Enéas Farias, no bairro Cajuru, onde era admirado e respeitado por todos.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 5602

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações a professora Vera Beatriz Hoff Pagnussatti, pelo recebimento do prêmio professores do Brasil, instituído pelo MEC.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento à educadora laureada.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) ADEMIR BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma justa homenagem à docente selecionada para o Prêmio Professores do Brasil, iniciativa do Ministério da Educação - MEC, que premia as 10 melhores experiências pedagógicas do País desenvolvidas entre a 6ª e 9ª séries do novo ciclo do ensino fundamental nas escolas públicas, que comprovadamente estejam tendo êxito no enfrentamento de situações-problemas.

REQUERIMENTO Nº 5603

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações a professora Rejane Mª Christ Gheller, pelo recebimento do prêmio professores do Brasil, instituído pelo MEC.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento à educadora laureada.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) ADEMIR BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma justa homenagem à docente selecionada para o Prêmio Professores do Brasil, iniciativa do Ministério da Educação - MEC, que premia as 10 melhores experiências pedagógicas do país desenvolvidas entre a 6ª e 9ª séries do novo ciclo do ensino fundamental nas escolas públicas, que comprovadamente estejam tendo êxito no enfrentamento de situações-problemas.

REQUERIMENTO Nº 5608

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações a Michael Vieira da Silva pela conquista do título de Jovem Empreendedor 2009 concedido pelo Conselho de Jovens empresários (COPEJEM), ligado a Associação Comercial e Empresarial de Maringá (ACIM).

Michael é filho de Franklin Vieira da Silva e Rosey Vieira da Silva, sócios-proprietários do grupo O Diário e atualmente assume o cargo de diretor de conteúdo no jornal O Diário e atualmente assume o cargo de diretor de conteúdo no jornal O Diário do Norte do Paraná e do site O Diário On Line.

Desde que assumiu o cargo, Michael, que é formado em Administração e especialização em gestão de empresas de comunicação da Universidade Navarra, na Espanha, investiu na modernização do processo produtivo gráfico e editorial do jornal, adquiriu equipamentos de informática e programas de edição, ampliou e modernizou o espaço físico da redação, entre outros projetos.

Para a escolha do título integraram a comissão julgadora do prêmio membros da ACIM, Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), Sindicato do Comércio Varejista de Maringá e região (SIVAMAR), Conselho de Desenvolvimento de Maringá (CODEM), Sindicato dos Jornalistas, Prefeitura, Câmara Municipal e Maringá e Região Convention & Visitors Bureau.

A entrega do prêmio acontece no próximo dia 21, no Clube Hípico, a partir das 20h30.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5609

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao senhor advogado João Everardo Resmer Vieira pela vitória nas eleições da seccional Maringá da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A eleição ocorreu nesta terça-feira (17), contabilizando 1 mil e 219 votos a 522 da chapa integração, compondo 70% e 30% do total da apuração, respectivamente.

Votaram nas eleições, em Maringá, 1 mil e 741 advogados. Na subseção Maringá, Vieira vai substituir César Moreno da Presidência, este que acaba de ser eleito juntamente com José Lucio Glomb os novos representantes da OAB no Paraná.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5610

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações aos Srs. Drs. Dennis Armando Bertolini e Arnaldo Zubioli, professores da Universidade Estadual de Maringá, eleitos para o Conselho Efetivo, mandato 2011/2014 e ao Dr. Emyr. Roberto Carobene Franceschi, Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Paraná, eleito para o Conselho Regional Efetivo mandato 2010/2013 do Conselho Regional de Farmácia do Paraná - CRF/PR.

Os três doutores da Cidade de Maringá fazem parte da nova composição do Conselho Regional de Farmácia do Paraná - CRF/PR, em eleição realizada na última sexta-feira (13). A chapa Consolidação/Grupo Renovação, que nasceu em Maringá, foi reeleita com 5195 votos válidos.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5611

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao Sr. Nery José Thomé (Tribuna do Interior/Campo Mourão) reeleito presidente da Associação dos Diários do Interior do Paraná - ADI-PR e ao Sr. Jedaías Pereira Belga, proprietário da Tribuna de Cianorte, como vice-presidente da entidade.

A Associação dos Diários do Interior do Paraná - ADI-PR iniciou suas atividades há 16 anos pelo fundador Franklin Vieira da Silva, proprietário do Jornal O Diário do Norte do Paraná e Rádio Cultura AM e atualmente está presente em 399 Municípios do Estado. Soma aproximadamente 255 mil exemplares e atinge a 1.020.000 eleitores. A ADI-PR conta com 18 jornais associados em 17 Cidades-polo e faz parte da Associação dos Diários do Interior do Brasil (ADI-Brasil) que conta com 92 jornais associados em todo o Brasil.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5615

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à nova Diretoria da Seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil, com votos de sucesso nessa nova etapa de trabalho: Presidente: José Lúcio Glomb; Vice-Presidente: César Moreno.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5616

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Subseção de Maringá da Ordem dos Advogados do Brasil, em razão da eleição da nova Diretoria presidida por João Everaldo Resmer Vieira e no cargo de Vice-Presidente a advogada Rita Lopes.

A Subseção de Maringá é composta também pelos Municípios de Astorga, Cafeara, Doutor Camargo, Floresta, Guaraci, Iguaraçu, Itambé, Ivatuba, Lupionópolis, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Paçandu, Santa Fé e Sarandi.

Os votos desta Assembleia Legislativa são de muito sucesso para todos os integrantes da chapa vencedora, honrando a nobre classe representada.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5624

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Inácio Martins, pelo transcurso, no próximo dia 25 de novembro de seus 49 anos de emancipação política.

Requer, igualmente, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Edemétrio Benato Junior, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população do Município de Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Inácio Martins que no próximo dia 25/11/09 estará comemorando 49 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 49 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região. Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste Município.

REQUERIMENTO Nº 5646

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de congratulações ao progressista Município de Marialva, que comemorou no 15 de novembro, os 58 anos de sua criação.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 5655

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulação ao Município de Itaúna do Sul, o qual em 19/11/09, celebrará o 48º aniversário. A imobiliária Ferreira e Toledo Pizza Ltda, constituída na Cidade paulista de Tupã, lançou os fundamentos básicos do povoamento em Itaúna do Sul. A fertilidade do solo, a subdivisão das terras em pequenos lotes para a formação de sítios e chácaras e a excelência do clima fizeram com que se processasse rapidamente a formação do patrimônio, que desde o início recebeu a denominação de Itaúna. Pela Lei Estadual nº 3554 de 07/02/58, o povoado foi elevado a categoria de Distrito Administrativo, pertencente ao Município de Nova Londrina. A 25/11/61, pela Lei Estadual nº 4338, foi criado o Município, com denominação de Itaúna do Sul. Emancipou-se em 19 de novembro do mesmo ano.

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia o Município de Itaúna do Sul, destacando sua história, o fato de ter-se tornado referência nas áreas acima mencionadas e motivo de orgulho não só para seus habitantes, mas todos os paranaenses e brasileiros.

Requer-se à mesa diretora o envio de cópia do presente documento ao Prefeito de Itaúna do Sul, Sr. Tomas Antônio Bajo Polo, na Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 5604

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Grupo Cassol, na pessoa de seu Presidente Sr. Adroaldo Cassol.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Hoje o grupo é presidido pelo Sr. Adroaldo Cassol, seguindo sempre pelo caminho do crescimento com responsabilidade social pautados nestes mais de 50 anos de atuação em franca expansão.

O grupo deu seus primeiros passos com Ernesto Cassol, descendente de imigrantes italianos, juntamente com seus filhos fundaram em São José/SC a Madeireira Cassol Ltda.

Com uma serraria no Município de Urubici, na região serrana catarinense. Em 1967, no bairro do Estreito, em Florianópolis/SC, foi inaugurada a primeira loja Cassol de Materiais de Construção.

Com o passar do tempo a empresa decidiu implantar o conceito integrado de vendas de produtos para construção, ferragens, eletricidade, acabamento, tintas, decoração, utilidades para o lar e jardinagem, possuindo atualmente mais de 45.000 (quarenta e cinco mil) itens em linha.

As empresas do Grupo Cassol atuam hoje, basicamente em quatro ramos da atividade econômica: comércio de materiais de construção; industrialização e montagem de pré-fabricados de concreto; imobiliário na construção e comercialização de imóveis e também reflorestamento.

E pela sua grande atuação na área social viabilizando diversos projetos junto a instituições filantrópicas solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis para a viabilização de distinta homenagem.

REQUERIMENTO Nº 5605

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações para Diogo Portugal.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Diogo Portugal nasceu em Curitiba no dia 8 de março de 1969, cidade onde vive ainda hoje. O passo inicial como humorista deu quando participou do primeiro Festival Multishow do Bom Humor Brasileiro. Também foi finalista do concurso de humoristas do Fantástico, da TV Globo.

Dedica-se ao humor profissionalmente desde 1999. Hoje tem um quadro da Rede Paranaense chamado Louco de Bom, onde há mais de um ano varia o Stand-up comedy (comédia sem figurinos) com personagens, satirizando notícias do dia a dia.

É criador e curador do Risorama, maior festival da América Latina, que acontece todos os anos durante o Festival de Teatro de Curitiba. Em quatro edições, o Risorama tem reunido os principais nomes do humor na atualidade.

O humorista se tornou um dos sucessos da internet e seus vídeos na web já ultrapassaram a marca de 12 milhões de acessos.

REQUERIMENTO Nº 5606

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Cassol Pré-Fabricados Ltda., na pessoa de seu Diretor Carlos Matta.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Carlos Matta, diretor da Cassol Pré-Fabricados Ltda., destaca-se na área social, viabilizando diversos projetos junto a instituições filantrópicas, que tanto necessitam de ajuda para dar continuidade na sua luta aos que mais necessitam. Assim sendo solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis para viabilização de distinta homenagem.

Atuando desde 1992 a Cassol Pré-Fabricados destaca-se também, pelo grande desvelo com seus clientes e fornecedores, onde pautou seu reconhecimento e respeito, tanto pela qualidade de seus produtos como a forma de conquistar e tratar a todos que são sempre bem recebidos em suas dependências.

O grupo deu seus primeiros passos com Ernesto Cassol, descendente de imigrantes italianos, juntamente com seus filhos fundaram em São José/SC a Madeireira Cassol Ltda.

Com uma serraria no Município de Urubici, na região serrana catarinense. Em 1967, no bairro do Estreito, em Florianópolis/SC, foi inaugurada a primeira loja Cassol de Materiais de Construção.

Com o passar do tempo a empresa decidiu implantar o conceito integrado de vendas de produtos para construção, ferragens, eletricidade, acabamento, tintas, decoração, utilidades para o lar e jardinagem, possuindo atualmente mais de 45.000 (quarenta e cinco mil) itens em linha.

As empresas do Grupo Cassol atuam hoje, basicamente em quatro ramos da atividade econômica: comércio de materiais de construção; industrialização e montagem de pré-fabricados de concreto; imobiliário na construção e comercialização de imóveis e também reflorestamento.

E pela sua grande atuação na área social viabilizando diversos projetos junto a instituições filantrópicas solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis para a viabilização de distinta homenagem.

REQUERIMENTO N° 5607

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Gladys França, pelo seu mais recente trabalho literário “Fios Mágicos, Novo Tempo”.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Parabenizo pelo lançamento do livro “Fios Mágicos, Novo Tempo”, pela maneira competente, cortês, atuando sempre de forma ímpar, com total dedicação, provendo cultura e poesia para a comunidade.

REQUERIMENTO N° 5628

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Geólogo Sr. Francisco Nailor Coral.

Sala das Sessões, em 18/11/09

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Geólogo Sr. Francisco Nailor Coral, do 13° Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral, onde atua gerindo o patrimônio mineral, de forma social, ambiental e economicamente sustentável, utilizando-se de instrumentos de regulação em benefício da sociedade.

Ético e imparcial, tem em seu conhecimento a base para as decisões de gerenciamento do patrimônio mineral, promovendo o planejamento e o fomento da exploração e do aproveitamento dos recursos, através de pesquisas geológicas, minerais e de tecnologia, controlando e fiscalizando o exercício das atividades.

REQUERIMENTO N° 5629

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Nisiene Roberta Harzke Gomes.

Sala das Sessões, em 18/11/09

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Nisiene Roberta Harzke Gomes, conhecedora, analista e estudiosa, elabora políticas de turismo para o Município de Pirai do Sul, planejando, coordenando trabalhos e orientando projetos, promovendo o desenvolvimento e a geração de renda da região.

Baseando-se em fatores sociais, culturais e econômicos, desenvolve programas de seleção e classificação de locais e áreas vocacionadas para o turismo no Município.

REQUERIMENTO N° 5630

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Maria Aparecida Zago Udenal.

Sala das Sessões, em 18/11/09

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Maria Aparecida Zago Udenal, coordenadora geral do Projeto Nós Podemos Paraná, dinâmica, corajosa e inovadora, realiza um excelente trabalho em busca do bem comum, preocupando-se com a população e desenvolvendo objetivos de melhoria da condição humana.

Com uma visão global, demonstra sua responsabilidade social atuando de forma incisiva na busca de soluções para problemas que afetam a comunidade, harmonizando sua equipe em torno da realização dos projetos que colocam em prática.

REQUERIMENTO N° 5631

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Margarita Bosch.

Sala das Sessões, em 18/11/09

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Margarita Bosch, coordenadora do Global Forum América Latina, dinâmica e corajosa, realiza um excelente trabalho inovando na educação e nos negócios para sustentabilidade da vida humana, contribuindo para o fortalecimento das relações entre empresários e acadêmicos, tornando-se parceiros na produção, utilização e divulgação do conhecimento.

Com uma visão global, demonstra sua responsabilidade social atuando de forma incisiva na busca de soluções para problemas que afetam a comunidade, harmonizando sua equipe em torno da realização dos projetos que colocam em prática.

REQUERIMENTO N° 5632

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Carla Mocellin.

Sala das Sessões, em 18/11/09

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Carla Mocellin, secretária executiva do Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial e do Projeto Escolas Valorizar é Preciso, dinâmica e corajosa, realiza um magnífico trabalho de respeito a

cidadania e as práticas da sustentabilidade pela reciclagem do lixo e o controle no desperdício de água, envolvendo centenas de escolas pelo interior do Paraná.

Com uma visão global, demonstra sua responsabilidade social atuando de forma incisiva na busca de soluções, envolvendo jovens e adultos, harmonizando sua equipe em torno da realização das excelentes práticas em favor da qualidade sustentável.

REQUERIMENTO N° 5634

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Adolpho de Oliveira Franco Junior.

Sala das Sessões, em 18/11/09

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Adolpho de Oliveira Franco Junior, ex-Deputado Federal que dedicou seus vastos conhecimentos com prol das atividades públicas para o bem comum e o engrandecimento do Estado, bem como de seus cidadãos, demonstrando todo o empenho para beneficiar o coletivo e melhorar as condições sociais e humanas dos paranaenses.

Atualmente exerce a advocacia com grande capacidade na condução dos processos, norteado pelos princípios éticos, levando a prestação jurisdicional de forma correta, justa e sábia.

REQUERIMENTO N° 5635

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Leonides Topan.

Sala das Sessões, em 18/11/09

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Leonides Topan da Comissão Organizadora da XII Festa das Tendões no Bairro Novo e aos seus colaboradores, que através de seu empenho realizaram um evento levando a diversão e a religiosidade à comunidade.

Uma festa que representa a esperança e a fé no mundo dos homens, com igualdade, prosperidade e abundância para todos. Congregando os fiéis em ação de graças ao Senhor, em torno do bem comum.

REQUERIMENTO N° 5636

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Rádio Difusora Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 18/11/09

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Rádio Difusora Cruzeiro do Oeste, estabelecida no Município de Cruzeiro do Oeste.

Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que ao entrar no ar, conquistou uma grande liderança na sua região em pouco tempo e, neste 25 de novembro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO N° 5637

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Fundação São Benedito da Lapa.

Sala das Sessões, em 18/11/09

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Fundação São Benedito da Lapa, estabelecida no Município da Lapa. Com uma programação voltada para a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que ao entrar no ar, conquistou uma grande liderança na sua região em pouco tempo e, neste 25 de novembro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO N° 5638

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações aos Organizadores da Festa de Nossa Senhora do Rocío.

Sala das Sessões, em 18/11/09

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem aos Organizadores da Festa de Nossa Senhora do Rocío, que através de seu empenho, realizaram um evento levando a diversão e a religiosidade à comunidade. Uma festa que representa a esperança e a fé no mundo dos homens, com igualdade, prosperidade e abundância para todos.

Congregando os fiéis em ação de graças ao Senhor, elevando o espírito dos cidadãos de Paranaguá, realizando o templo de todas as graças que necessitamos.

REQUERIMENTO N° 5639

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Time de Futebol Feminino de Contenda.

Sala das Sessões, em 18/11/09

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Time de Futebol Feminino de Contenda, equipe campeã do torneio Bom de Bola Parati 2009, que demonstrou competência e empenho na competição.

Tendo conquistado o título de forma invicta e com um desempenho aguerrido de suas jogadoras, apresentou para o esporte grandes atletas que surgem no cenário desportivo, comprovando a eficácia da prática esportiva para o bem da juventude, sendo coroado em um projeto de inclusão social.

REQUERIMENTO N° 5640

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Centro de Conveniência Menina Mulher.

Sala das Sessões, em 18/11/09

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Centro de Convivência Menina Mulher, que realiza um excelente trabalho de apoio as pessoas. Reintegrando-as a sociedade e aos seus lares, crianças e adolescentes de 7 a 18 anos que vivem em situação de vulnerabilidade, oportunizando melhores condições de vida a mulheres portadoras de HIV, prevenindo o uso indiscriminado de drogas, violência, DSTs e evasão escolar.

Com o apoio de voluntários e acadêmicos, oportuniza melhores condições de vida, resgatando a auto estima dos atendidos, disponibilizando cursos de profissionalização e as encaminhando ao mercado de trabalho, sendo considerada uma referência na comunidade.

REQUERIMENTO N° 5617

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para a posteridade, Moção de Aplausos e Congratulações ao escritor paranaense, do Municípios de Palmeira, Arnoldo Monteiro Bach, pelo lançamento do livro Porcadeiros. Obra em que conta a história do Paraná.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O escritor Arnoldo Monteiro Bach traz nessa obra a história de gente que ajudou a construir o nosso Estado, num registro da memória do modo de vista dos desbravadores. O título, Porcadeiros, retrata um período

da história do tropeirismo, dos condutores de porcos pelos campos do Paraná. O leitor vai conhecer um pouco mais dessa história tão particular e que não deve ficar esquecida das novas gerações.

Arnoldo também é autor do livro Trens, do qual tive a imensa honra de participar escrevendo o prefácio da obra, que também traz um pouco da história do transporte ferroviário do Estado. Ele também escreveu mais duas outras obras, Vapores e Carroções.

As histórias contadas por Arnoldo também podem ser administradas no Espaço Cultura do Sítio Minguinho onde o historiador reconstruiu um pouco da vida dos artesãos das Cidades, com o objetivo de homenagear os trabalhadores mais humildes. O sítio, localizado em Palmeira, na estrada da Colônia Santa Bárbara, proporciona uma viagem no tempo pelos ciclos econômicos da época da colonização do Município. Mostra a reconstrução da sociedade com as memórias do trabalho no comércio de sapataria, barbearia, celarias, serrarias e escolas. Possui um amplo acervo de móveis, objetos e utensílios criados ou trazidos pelos imigrantes de várias etnias principalmente pelos Russos e Alemães. Quem conhece o local pode sentir um pouco da emoção da época quando os profissionais dessas atividades eram os principais personagens da nossa história.

Requero outrossim, que o homenageado, Arnoldo Monteiro Bach, seja comunicado.

REQUERIMENTO N° 5623

Senhor Presidente:

O Deputado Luiz Accorsi, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER o envio de ofício a Sra. professora Yvelise Arco-Verde DD. Secretária. de Estado da Educação, solicitando a realização de obras de melhorias e de adequação da Escola Municipal Hermeto Botelho, de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Escola Municipal Hermeto Botelho, é instituição tradicional e referencial de ensino da Cidade de Paranavaí.

O prédio de domínio do Governo do Estado requer com urgência obras de reparos, melhorias e de adequação em suas instalações e espaço físico.

Pretende a direção de educandário, a eliminação de barreiras arquitetônicas tais como muletas, rampas e valetas que comprometem a livre circulação da sua população, estudantes, educadores e profissionais de apoio.

Respeitosamente, e crendo na sensibilidade da autoridade requerida, solicito à Mesa, encaminhar circular anexa para divulgação de sorteio para angariação de recursos da ordem de R\$ 35.000 - trinta e cinco mil reais - necessários à feitura das melhorias, recursos que cremos, podem ser preferentemente assumidos pelo nosso Governo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 5620

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Paraná, Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Saúde, Gilberto Martin, solicitando reforma e investimento para o Hospital Municipal de Porecatu.

O hospital em questão não consegue cumprir seu papel, faltando recursos, estrutura e servidores. O hospital não atende apenas o Município de Porecatu, mas toda a região, razão pela qual enaltece o nosso requerimento.

O presente requerimento vem demonstrar que o Parlamento paranaense entende a prioridade que deve ser dada a saúde por parte dos poderes públicos.

Do aprovado requer, ainda, cópia do presente requerimento ao Vereador Wilson José Azinari Jr., Câmara Municipal de Porecatu.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 5621

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Tizzot, solicitando a construção do viaduto que ligará o Jardim União da Vitória ao Conjunto Jamile Dequech, situado no Município de Londrina.

A construção do viaduto permitirá a ligação das duas comunidades, Jardim União da Vitória ao Conjunto Jamile Dequech, que hoje estão separadas pela PR-445. O tráfego entre essas comunidades é intenso e já ocasionou muitos acidente, inclusive com fatalidades, por isso a urgência na efetivação dessa importante obra para Londrina e região.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 5652

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná solicitando providências urgentes no sentido de ser liberada a quantia de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), através da Agência de Fomento do Paraná, para construção de uma creche no bairro Belo Horizonte, no Município de Medianeira.

Estamos atendendo solicitação feita pelo Vereador Pedro Ignácio Seffrin, através do requerimento aprovado pela Câmara Municipal de Medianeira e encaminhado pelo Vereador José Valdir Lihar, Presidente da Câmara. A

liberação desses recursos será de grande importância para a comunidade do bairro Belo Horizonte, um dos mais populosos do Município, com muitas famílias de baixa renda.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 5653

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, solicitando providências urgentes no sentido de viabilizado a liberação de uma ambulância totalmente equipada para o Município de Serranópolis do Iguaçu, atendendo solicitação feita pelo Vereador Evandro Mazaruna, Presidente da Câmara Municipal e de Jair Labres da Silva, Presidente do Partido Republicano.

Município de Serranópolis do Iguaçu não possui hospital, somente postos de Saúde, sendo que os demais serviços médico-hospitalares e são realizados em Municípios vizinhos, mais precisamente nos Municípios de Medianeira, Cascavel e Foz do Iguaçu, sendo assim a presença de uma ambulância totalmente equipada torna-se prioritária para melhor atender a população serranopolitana.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) CHICO NOROESTE

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 636/09**

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As diárias em hotéis, pousadas, pensões, casas de repouso e similares, no estado do Paraná, passam a vencer a cada 24 horas, comprovadamente, a partir do ingresso dos hóspedes no estabelecimento.

Art. 2º Fica proibida a cobrança de mais de uma diária antes que complete o período a que se refere o artigo anterior desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Virou rotina, praxe, hospedes serem explorados em alguns hotéis, pousadas, pensões e casas de repouso, quando são constrangidos a pagarem 2 diárias por uma hospedagem que, em alguns casos, dura apenas algumas horas. Isso fere, frontalmente, o Código Civil, em seu artigo 186, que considera o abuso fonte de enriquecimento ilícito.

Para exemplificar melhor para nossos nobres Pares: um hóspede que se hospeda de manhã, digamos, 10 ou 11 horas da manhã, ou antes, tem sua diária vencendo ao meio dia. Pode haver compreensão em alguns locais de hospedagem, sem a cobrança de 2 diárias no mesmo dia. Mas isso nem sempre ocorre, havendo, sim, a condenável postura de maus empresários do setor hoteleiro, que cobram 2 diárias para uma hospedagem inferior a 24 horas. Até o maior dos absurdos poderia ocorrer, como do cliente hospedar-se 1 hora antes do vencimento da diária e, por razões várias, for chamado por uma emergência, tendo de deixar o estabelecimento 1 hora depois do vencimento da diária, acabe vítima do cúmulo do absurdo de arcar com o pagamento de 2 diárias. Nossa homenagem aos bons e respeitados empresários da rede hoteleira e, para conter abusos de outros maus hoteleiros, o caminho correto é aprovação do presente projeto, para cuja elaboração contamos com a sábia contribuição do brilhante advogado Bartolomeu Silva, OAB n° 13.447.

PROJETO DE LEI N° 637/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Cesar Moro Tozetto.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Cesar Moro Tozetto nasceu em Ponta Grossa no dia 7 de dezembro de 1965, é casada com Giana Malucelli Tozetto e pai de Raul e Juliana.

Formado em Direito pela UEPG em 1988, MBA em Administração de Empresas pela FGV em 2002, pós-graduado em Gestão estratégica de Varejo pelo Provar-FIA-USP em 2004. Foi membro do conselho comunitário de segurança de Ponta Grossa no período de 1993 a 1997, vice-Presidente da Associação Comercial de Ponta Grossa de 1994 até 2006, vice-Presidente da Associação Paranaense de Supermercados de 2002 até os dias de hoje.

Sócio-Diretor das Empresas Supermercados Tozetto, Tozetto Participações e Empreendimentos, Patrimonial Empreendimentos Imobiliários, Malucelli Tozetto Empreendimentos. Estas empresas geram mais de 1250 (mil, duzentos e cinquenta) empregos diretos.

Os Supermercados Tozetto, empresa onde é Diretor Comercial contribui desde sempre com várias entidades, destacamos Instituto João XXIII, Irmãos Cavanis, Igreja Santo Antonio, APAE, Irmã Scheila.

Além disto, as empresas que dirige possuem o selo Social da Prefeitura de Ponta Grossa, desde sua criação, destacando-se dentre as empresas que contribuem com o maior número de projetos certificados pelo Selo Social.

PROJETO DE LEI N° 638/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica designada a data de 21 de outubro para a celebração do Dia do Ecumenismo.

Parágrafo Único. O dia do Ecumenismo passa a constar, a partir da aprovação desta lei, do Calendário de Eventos Oficiais do Estado do Paraná.

Art. 2° O Governo do Estado do Paraná tomará as medidas necessárias para a divulgação da presente lei, após a sua regulamentação.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A exemplo do já registrado no Distrito Federal e nos Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Mato Grosso, propomos o presente Plano de Lei ao juízo dos nobres Pares membros desta Casa de Leis.

Nossa iniciativa decorre de observação da necessidade da criação de um momento para a celebração do Ecumenismo, uma autêntica proposta de confraternização entre homens e mulheres de todas as raças, de todas as denominações religiosas, entre crentes e ateus.

O Dia do Ecumenismo se prestará à reflexão sobre as benesses de uma existência sem ódio, destituída de sentimentos negativos como a inveja e a intolerância, mas marcados pela prática da caridade e da observância da lei maior que prega a igualdade entre homens e mulheres.

Também ao desenvolvimento de ações para reavivar o culto aos valores morais, éticos e de respeito ao próximo.

A data se presta também para concretizar homenagem ao saudoso jornalista e radialista alziro Zarur, fundador da Legião da Boa Vontade que, em vida projetou a criação do Templo da Boa Vontade, edificado pelo seu sucessor, José de Paiva Neto, também homem de comunicação. Ao lado do Templo da Boa Vontade, a sede magnificamente projetada do Parlamento Mundial da Fraternidade Ecumênica. ambas as edificações se propõem a promoção da conciliação universal de todo o conhecimento material e espiritual numa poderosa força a serviço dos povos do mundo inteiro.

PROJETO DE LEI N° 639/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Será punida, nos termos desta lei, toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual, travesti ou transgênero.

Art. 2º Entende-se por discriminação, para os efeitos desta lei, qualquer ação ou omissão que, motivada pela orientação sexual, causar constrangimento, exposição à situação vexatória, tratamento diferenciado, cobrança de valores adicionais ou preterição no atendimento a gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e travestis, sendo vedadas, entre outras a seguintes condutas:

I - praticar qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica;

II - proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ou público;

III - praticar atendimento selecionado que não esteja devidamente determinado em lei;

IV - recusar, dificultar ou preterir atendimento médico ou ambulatorial;

V - preterir, sobretaxar ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares;

VI - preterir, sobretaxar ou impedir a locação, compra, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade;

VII - praticar o empregador, ou seu preposto, atos de demissão direta ou indireta, em função da orientação sexual do empregado;

VIII - inibir ou proibir a admissão ou acesso profissional em qualquer estabelecimento público ou privado em função da orientação sexual do profissional;

IX - proibir a livre expressão e manifestação de afetividade, sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos;

X - praticar, induzir ou incitar por meio dos meios de comunicação a discriminação, o preconceito ou a prática de qualquer conduta vedada por esta lei;

XI - fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que incitem ou induzam à discriminação, preconceito, ódio ou violência com base na orientação sexual do indivíduo.

Art. 3º São passíveis de punição o cidadão, inclusive os detentores de função pública, civil ou militar, e toda organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, instaladas neste Estado, que intentarem contra o que dispõe esta lei.

Art. 4º A prática dos atos discriminatórios a que se refere esta lei será apurada em processo administrativo, que terá início mediante:

I - reclamação do ofendido ou ofendida;

II - ato ou ofício de autoridade competente;

II - comunicação de organizações não-governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos.

Art. 5º O cidadão homossexual, bissexual, travesti ou transgênero que for vítima dos atos discriminatórios poderá apresentar sua denúncia pessoalmente ou por

carta, telegrama, via internet ou fac-símile ou órgão estadual competente e/ou as organizações não-governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos.

§ 1º A denúncia deverá ser fundamentada por meio da descrição do fato ou ato discriminatório, seguida da identificação de quem faz a denúncia, garantindo-se, na forma da lei, o sigilo do denunciante.

§ 2º recebida a denúncia, competirá à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania promover a instauração do processo administrativo devido para apuração e imposição das penalidades cabíveis, garantida a defesa dos denunciados.

Art. 6º As penalidades aplicáveis aos que praticarem atos de discriminação ou qualquer outro ato atentatório aos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana serão os seguintes:

I - advertência;

II - multa de 1000 (um mil) Unidades Padrão Fiscais do Estado do Paraná;

III - multa de 3000 (três mil) Unidades Padrão Fiscais do Estado do Paraná, em caso de reincidência;

IV - suspensão da licença estadual para funcionamento por 30 (trinta) dias, no caso de estabelecimentos comerciais;

V - cassação da licença estadual para funcionamento, no caso de estabelecimentos comerciais.

§ 1º - As penas mencionadas nos incisos II a V deste artigo não se aplicam aos órgãos e empresas públicas, cujos responsáveis serão punidos na forma do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná - Lei nº 6174, de 16/11/70, independente das sanções civis e penais cabíveis.

§ 2º - Os valores das multas poderão ser elevados em até 10 (dez) vezes quando for verificado que, em razão do porte do estabelecimento, resultarão inócuas.

§ 3º - Quando for imposta a pena prevista no inciso V supra, deverá ser comunicada a autoridade responsável pela emissão da licença, que providenciará a sua cassação, comunicando-se, igualmente, a autoridade municipal para eventuais providências no âmbito de sua competência.

Art. 7º Aos servidores públicos que, no exercício de suas funções e/ou em repartição pública, por ação ou omissão, deixarem de cumprir os dispositivos da presente lei, serão aplicadas as penalidades cabíveis nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná - Lei nº 6174, de 16/11/70.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(aa) PÉRICLES DE MELLO

PROFESSOR LEMOS

TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Um Estado democrático de direito não pode aceitar práticas sociais e institucionais que criminalizam, estigmatizam e marginalizam as pessoas por motivo de sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero. A Constituição Federal de 1988 traz em seu conjunto os princípios fundamentais deste Estado de direito, destacando-se a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (art. 5º), a promoção do bem de todos, sem quaisquer preconceitos ou formas de discriminação (art. 3º, IV), a liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV) e a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas (art. 5º, X), entre outros.

Lamentavelmente, a população LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais tem sido alvo de discriminações e violência das mais diversas, caracterizando o Brasil como o País mais homofóbico do mundo, segundo organismos internacionais de defesa dos direitos humanos. De acordo com o antropólogo e cofundador da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais - ABGLT, Luiz Mott, o País é campeão mundial nos assassinatos de homossexuais, um a cada três dias. Só no Paraná, este ano, ocorreram 19 assassinatos violentos contra homossexuais.

Segundo especialistas, os crimes praticados contra homossexuais, conhecidos como crimes homofóbicos, pertencem à categoria dos crimes de ódio. São atos ilícitos ou tentativas de tais atos que incluem insultos, danos morais e materiais, agressão física, às vezes chegando ao assassinato, praticados em razão da orientação sexual, tendo como motivo a não aceitação e ódio por parte do agressor em relação à vítima por ser gay, lésbica, travesti ou transgênero.

A garantia de amplo acesso aos direitos civis da população LGBT, promovendo a conscientização dos gestores públicos e da sociedade civil, bem como a implementação de políticas públicas com o imperativo de eliminar discriminações, combater preconceitos e edificar uma consistente cultura da paz, buscando erradicar todos os tipos de violência e, portanto, fazer a defesa intransigente dos direitos humanos é tarefa urgente e necessária. Da mesma forma, a elaboração e aprovação de leis que favoreçam ações de combate à homofobia e de promoção da cidadania e direitos humanos são imprescindíveis.

O presente projeto de lei pretende contribuir nesta direção, garantindo instrumentos de coibição e punição à discriminação e preconceito por orientação sexual, na perspectiva da promoção da cidadania, com respeito às diversidades e da compreensão de que a universalidade dos direitos humanos deve estar acima de qualquer quadro de discriminação e das variadas formas de violência praticadas socialmente.

PROJETO DE LEI Nº 640/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade de fiscalização e inspeção de qualidade nos equipamentos condicionadores e aclimatadores de ambientes instalados em estabelecimentos comerciais e de uso comum.

Art. 2º Para fins desta lei consideram-se ambientes de uso coletivo, dentre outros, os ambientes de trabalho, de estudo, de cultura, de culto, religioso, de lazer, de esporte ou de entretenimentos, casas de espetáculos, teatros, cinemas, bares, lanchonetes, boates, restaurantes, praças de alimentação, hotéis, padarias, farmácias e drogarias, repartições públicas, instituições de saúde, escolas, museus, bibliotecas, espaços de exposições e outros similares.

Art. 3º O Poder Executivo definirá os procedimentos e as consequentes certificações para os equipamentos e sistemas enunciados nesta lei, de forma que seja de conhecimento público, por afixação de selo ou similar, que os referidos equipamentos tenham passado por fiscalização.

Art. 4º O Poder Executivo poderá realizar campanha educativa, para a adaptação dos estabelecimentos citados no artigo 2º.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Condicionamento de ar, segundo a definição técnica de aplicação, é o processo de tratamento de ar destinado a controlar simultaneamente a temperatura, a umidade, a pureza e a distribuição de ar de um ambiente. Esses ambientes podem ser destinados tanto ao conforto humano quanto de animais, que são chamados de ar condicionado, ou pode-se apresentar um ambiente destinado ao desenvolvimento de um determinado processo industrial ou laboratorial e, neste caso, o sistema passa a ser chamado por sistema de ar condicionado de processo.

Aparelhos de climatização compactos que podem funcionar no mesmo ambiente climatizado e sem condensadores externos. Esses aparelhos que dispõem de uma câmara de condensação do agente refrigerante integrada no próprio corpo do compressor, contam com a câmara resfriada com a própria água de consumo, com a função de capturar o calor do condensador e compressor transferindo-o para o meio hídrico.

O processo de condicionamento de ar está sempre associado a um processo mecânico de refrigeração e/ou aquecimento, o que o distingue dos sistemas convencionais

de ventilação. Em muitas aplicações, o controle total e preciso da unidade do ar (a umidade relativa ambiente) não é necessário: neste caso o sistema de condicionamento de ar aplicado é parcial.

Estes equipamentos acabam sendo cada vez mais utilizados, aja visto as distorções do nosso clima na atualidade. Ocorre, no entanto, que na mesma proporção de sua existência e utilidade, esses equipamentos acabam se transformando em verdadeiros disseminadores dos mais diferentes tipos de vírus, bactéria e fungos nocivos a saúde, afetando a saúde das pessoas que se encontram nestes recintos.

Quanto à constitucionalidade do presente projeto, resta evidente que cabe a esta casa legislar sobre a proteção a saúde da população, estando, portanto legítimo para tramitar.

Cabe ressaltar finalmente, que pessoas que frequentam ambientes, públicos ou privados, dotados de sistemas de aclimação, devem estar protegidas pelo Código de Defesa do Consumidor, garantindo provocação desta Casa para legislar sobre o caso em tela.

Diante do exposto e da extrema importância do assunto relatado, requer o devido apoio a consequente aprovação da presente proposta.

PROJETO DE LEI Nº 641/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Respeitada a autonomia de adoção, nenhuma mudança poderá ocorrer na indicação de livros didáticos para as escolas públicas e particulares antes de período mínimo, fixado matéria por matéria em decreto regulamentador dessa norma, a partir da última escolha feito pelo corpo docente.

Art. 2º Às escolas mencionadas no artigo anterior fica vedada, seja qual for o motivo, a adoção de livros didáticos que não possam ser reutilizados, ficando ainda impedidas de utilizarem tipo de expediente que obrigue os alunos a adquirí-los.

Art. 3º A direção de cada escola das mencionadas no artigo anterior comunicará por escrito ao Conselho Estadual de Educação a relação, com os respectivos títulos, dos livros didáticos para as diversas disciplinas nos períodos estabelecidos.

Parágrafo Único. O não cumprimento do disposto nos artigos 1º, 2º e *caput* deste artigo acarretaram ao infrator:

a) Destituição do cargo de direção, se o estabelecimento for público.

b) Multa de 10 (dez) UPF-PR (Unidade padrão fiscal do Estado do Paraná) se o estabelecimento for particular.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O principal objetivo do projeto é disciplinar o uso de livros didáticos, garantindo assim o aproveitamento do livro. Ainda dar um uso mais racional e solidário aos livros, contribuindo com a cultura de preservação ambiental.

Portanto, o presente projeto visa disciplinar a adoção de livros didáticos, apostilar ou similar nas escolas do Estado do Paraná.

Estas trocas desordenadas de livros têm trazido muitos problemas para a sociedade em conjunto com altos custos econômicos e problemas ambientais de grande relevância.

Diante do exposto e da extrema importância do assunto em tela, requer-se o devido apoio e a consequente aprovação da presente proposta.

PROJETO DE LEI Nº 642/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os estabelecimentos de ensino, públicos e privados, dos ciclos fundamental, médio ou superior, ficam obrigados a disponibilizar em cada sala de aula tantas Carteiras Escolares Inclusivas - CEI quantos sejam os alunos portadores de deficiência.

§ 1º Para os fins desta lei os modelos de Carteira Escolar Inclusiva - CEI a serem instalados pelos estabelecimentos de ensino deverão ter aprovação do Instituto Nacional de Metrologia, normalização e qualidade industrial - INMETRO, e atender rigorosamente às normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), assim como, no que for pertinente, pelo que mais for definido pelos profissionais técnicos da área.

§ 2º A instalação em sala de aula do mobiliário Carteira Escolar Inclusiva - CEI favorecerá, sempre, a acessibilidade do aluno portador de deficiência.

Art. 2º Os estabelecimentos de ensino de que trata o artigo 1º, instalarão a Carteira Escolar Inclusiva - CEI no prazo de até 18 (dezoito) meses, contados a partir da vigência desta lei.

Art. 3º Cada constatação de descumprimento do quanto aqui determinado, ou ao não cumprimento das Intimações de autoridade, sujeitará o estabelecimento de ensino infrator a pena desta lei.

I - Na primeira constatação. Pena: Advertência escrita conjunta com Intimação para que o estabelecimento de ensino infrator faça a integral adequação ao quanto determina esta lei no prazo improrrogável de 10 (dez) dias.

II - Na reincidência. Pena: multa equivalente a 2.000 UPF-PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) em conjunto com Intimação para que o estabelecimento faça a integral adequação ao quanto determina essa lei no prazo improrrogável de 10 (dez) dias.

III - Na não regularização no prazo da Intimação. Pena multa diária correspondente a:

a) 20 UPF-PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) por dia de atraso no cumprimento da Intimação prevista no inciso I, incidindo até a data da conclusão da regularização.

b) 40 UPF-PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) por dia de atraso no cumprimento da Intimação prevista no inciso II, incidindo até a data da conclusão da regularização.

Parágrafo Único. Ocorrendo descumprimento às Intimações do Poder Público por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, o Estado poderá adotar medidas para suspender as atividades do estabelecimento de ensino infrator, até que este faça a integral adequação ao quanto determina esta lei.

Art. 4º O Estado do Paraná poderá celebrar convênios de cooperação com Municípios para ampliar a fiscalização quanto à aplicação desta lei.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei no que se faça necessário.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18/11/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República Federativa do Brasil busca de forma bastante específica delimitar igualdade a todas as pessoas. O presente projeto busca justamente isso, garantir ao portador de deficiência esta garantia.

Em se falando em Carteira Escola Inclusiva - CEI, estamos falando em igualdade, em garantir ao deficiente o direito da educação, que também lhe é assegurado por nossa Carta Magna.

Desta forma o presente projeto preconiza garantir que as escolas do Estado ofereçam este direito aos portadores de deficiência. Isto porque, tais equipamentos são ajustáveis às necessidades e peculiaridades decorrentes das deficiências físicas portadas, ajustes que não são possíveis de obter com as carteiras escolares convencionais.

Diante do exposto e da extrema importância do assunto em tela, requer-se o devido apoio e a consequente aprovação da presente proposta.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência sente-se honrada com a presença dos nossos irmãos do Lions. Sejam bem-vindos a esta Casa. Quero, em meu nome, saudá-los e dizer que esta Casa sente-se iluminada com a presença do Dr. Mário De Mari aqui. Dr. Mário é uma das bandeiras da indústria paranaense e tem um crédito muito grande como nosso Estado. Seja sempre bem-vindo Dr. Mário, é um privilégio tê-lo aqui numa reunião como a nossa de hoje.

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente, Deputado Nelson Justus, Deputado Jonas, Deputado Reni, colegas, paranaenses que acompanham os trabalhos da Assembleia Legislativa pela televisão.

Recebemos e-mail da Cidade de Foz do Iguaçu, os paranaenses nos enviam e-mails sobre os mais diversos assuntos, com sugestões, e essa tribuna, através do envio de e-mails, acaba sendo o caminho mais fácil para chegar aos ouvidos das autoridades. Se elas vão atender os problemas do Paraná não sabemos, mas pelo menos a autoridade não vai poder alegar que não sabia, que não tinha conhecimento.

De Foz do Iguaçu, João Batista Jaquinta: *Meu amigo, Deputado Belinati, estive ouvindo tudo sobre salários dos PMs e estou vendo que querem equiparar os salários de todos os PMs do Brasil, menos com o de Brasília, e vi o Secretário da Segurança dizer que o salário dos PMs do Paraná está até bom demais.* Quer dizer, bom demais para o Secretário Delazari; para os nossos PMs não é nada disso, estão esperando o subsídio, estão esperando pagar a hora extra trabalhada fora do expediente de R\$ 100 para R\$ 150. Os policiais civis esperam o Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Diz aqui: *O Secretário da Segurança vem colocar uma farda, um colete vencido e um revólver 38, já ultrapassado. Quería ver o Secretário colocar isso e até com o revólver ultrapassado enfrentar os bandidos.* Então, está aqui Foz do Iguaçu defendendo os policiais militares.

Recebo e-mail do Soldado Beroni Klemer, ele lembra aos Srs. Deputados que ainda não assinaram a PEC que permitirá o pagamento em forma de subsídio para os policiais. E a força dos policiais, Deputado Romanelli, equivale a 100 mil votos, no Paraná. Então, o Parlamentar que votar contra os policiais, provavelmente vai amargar uma derrota merecida no ano que vem, porque quem não assinar esta PEC não terá, com certeza, o apoio do policial, da sua família, na reeleição do Deputado. Lembrando que o policial realiza um trabalho de alta periculosidade, expondo permanentemente a sua vida em perigo, e quando morre enfrentando bandido muitas vezes a autoridade do Governo não manda sequer uma

corbelha de flores para a viúva, para os filhos do policial que tombou morto no cumprimento do seu dever.

A nossa equipe tem selecionado aqui os e-mails e tem aqui do Cesário Paulino de Farias, primo do ex-Deputado desta Casa, Moisés Leônidas de Oliveira. Ele está até agora esperando para receber a restituição do Imposto de Renda. Então, o Governo do Presidente Lula está dando um calote vergonhoso.

O Deputado Alexandre Curi estava me dizendo que ele estava preocupado com os brasileiros, porque pagam rigorosamente em dia o seu Imposto de Renda e agora estão com essa luta e o Governo não promove a restituição que deveria fazer. Tem gente que tem até dívida para pagar com a restituição do Imposto de Renda. O Governo não devolve, a pessoa acaba passando por dificuldades.

O Ednilson de Souza, de Guarapuava, é um grande estudioso sobre os problemas de Guarapuava e região, que estão mal servidos de transporte intermunicipal e interestadual.

Já encaminhamos isso para o Secretário dos Transportes, tem que melhorar com urgência. Tem gente que vai daqui, ali, tem que fazer baldeação. Pega um ônibus, tem que chegar numa rodoviária seguinte, em Pato Branco, vai para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, fica duas, três, quatro horas na rodovia. Tem o problema do estudante, do empresário e do povo que precisa viajar de modo geral. A pior região em termos de transporte, infelizmente, é a região de Guarapuava. E o Ednilson tem razão, esperamos que as autoridades melhorem o transporte para o povo; A passagem é cara. As empresas ganham dinheiro demais.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. usa o horário do Grande Expediente.

Passa a usar o horário do Grande Expediente

O SR. ANTONIO BELINATI

O Deputado Jocelito apresentou a emenda sobre transporte de cadáveres no Paraná. Eu apresentei uma emenda para que nesse projeto do Jocelito não seja extinta a SEF, que eu criei quando Prefeito na Cidade de Londrina.

Antes de eu ser Prefeito, caixão de defunto ficava nas portas das funerárias. Propaganda, propaganda nas rádios, porque vender caixão de defunto era igual vender geladeira, fogão, terreno, casa, apartamento. Fechamos todas as funerárias Deputado Romanelli, na sua terra, V. Exa. que é um pé-vermelho nato e muito querido na minha Cidade - e passamos todo o serviço para a Prefeitura. Criamos a autarquia do Serviço Funerário Municipal. Se a pessoa é pobre, a família vai poder fazer o enterro do parente totalmente de graça. Se puder pagar, a família escolhe que tipo de enterro quer, mas é tabelado. Não tem aquela exploração das funerárias, não.

Apresentei uma emenda no projeto do Deputado Jocelito, para não acabar com o Serviço Funerário de Londrina, para ser mantida a SEF, onde os funcionários e dirigentes prestam serviço com amor.

Sobre o Presidente do Irã, que está vindo para o Brasil, líder do meu partido, Duílio Genari, V. Exa, com essa experiência de 50 anos de vida pública, olha o regime político do Irã. Houve denúncia de fraude na eleição do atual Presidente. Esse que está vindo para o Brasil, está para chegar. Agora há pouco peguei na internet, aquilo que é democracia para os adversários, graças à Deus aqui no Brasil é diferente. Cinco pessoas, que fizeram manifestação contra esse Presidente do Irã que está vindo para o Brasil, foram condenadas, agora há pouco, à pena de morte. Vão morrer enforcados, porque discordaram do atual Presidente. O Brasil vai fazer uma festa para o homem. Para festejar o quê? Essa ditadura. Agora, esse pessoal, no fim acabam eles próprios morrendo na própria força.

Vemos o caso do Sadan Hussein, era um regime contraditório, nós discordamos do que aconteceu, mas o Sadan Hussein mandou matar muita gente e no fim foi humilhado morrendo na força. Está aí o Presidente do Irã. País poderoso, forte, tem muito petróleo, mandou enforcar cinco pessoas que discordaram dele. Lá todo mundo tem que dizer amém.

Já imaginou, Deputado Romanelli, se o Governador Requião mandasse enforcar cada Deputado que é contra o Governo dele? Meu Deus do Céu! Será que ia faltar força?

Temos a greve da Bosch, em Curitiba, 1 mil e 800 funcionários em greve. É uma empresa poderosa. estava analisando, o que os funcionários da Bosch estão pedindo é muito pouco, dá para atender, é quase a correção apenas da inflação. Agora, tem empresário que na primeira dificuldade que tem descarrega tudo em cima do quadro de funcionários. Está aí a Bosch, a cada dia parado; qual é o prejuízo para essa empresa? Daí o nosso apelo para a direção da Bosch atender os seus funcionários, quase mil funcionários, para que eles voltem ao trabalho. Eles não querem fazer greve. Estão fazendo greve porque estão pedindo tão pouco e o patrão não quer dar.

A boa notícia é para os funcionários da SANE- PAR, que agora há pouco saiu a medida que se o entregador de aviso da SANEPAR for mordido por algum cachorro, o dono do cachorro vai para a cadeia. Uma medida extrema, que acaba de ser anunciada aqui no Paraná. Mas ser carteiro ou entregador de aviso da SANEPAR também não é fácil, enfrentar cachorro, enfrentar sol, chuva, tanta coisa. Mas até aí um aviso, não é uma decisão nossa, é da direção da SANEPAR. Essa medida poderia ser tomada também em benefício dos carteiros dos Correios.

Recebemos da Câmara Municipal de Medianeira uma correspondência, mas antes queria falar que está na Gazeta do Povo hoje uma matéria que mostra o desprestígio do Paraná, em Brasília.

O Presidente Lula é tão querido no Paraná. Eu acompanhava o Lula em Londrina. Não votei no Lula. Estávamos sempre juntos em Londrina, em vários lugares, fizemos muita política, estivemos juntos em muitos eventos. O Lula lá para trás, o Lula metalúrgico, perseguido, preso pelo regime, o Lula tem grandes méritos como Presidente do Brasil, vai se consagrar, é o Presidente mais popular, mas tem também as falhas! A Segurança do Brasil, com o Lula, não melhorou em nada. A vida dos aposentados, com o Lula de Presidente, continua do mesmo tamanho. O aposentado continua, todo mês o Governo rouba um pouquinho do dinheiro do aposentado. É um roubo! O cidadão se aposenta com três salários-mínimos, daqui há pouco cai para 2,9, isso é roubo! É igual bater carteira. É igual a esses trombadinhas que roubam o aposentado, batem carteira dentro do ônibus, ou pelo centro da Cidade. Então, para o aposentado a Cidade não melhorou absolutamente nada.

Sobre o Paraná, que o Lula andava aqui com a gente, ele com aquele papo animado todo. Está a Gazeta do Povo de hoje que o Paraná é um dos Estados do Brasil - Deputado Péricles, V. Exa. que é um apoiador apaixonado pelo Lula, que não é culpa de V. Exa. - mas está na Gazeta do Povo de hoje, o Paraná está lá embaixo, humilhado no pagamento de emendas aqui para o nosso Estado. Emendas que podem ser usadas para construir creches, escolas, hospitais, fazer obras públicas, melhorar a qualidade de vida do nosso povo. Daí fazem o Paraná de palhaço, porque botam a emenda lá e fica no papel. O asilo fica esperando a verba, a verba não vem; o orfanato fica esperando a verba, a verba não vem.

Não sou eu que estou falando, está na Gazeta do Povo, está lá na internet.

O Sr. Péricles de Mello (PT)

Deputado Belinati, importante o seu discurso, vou falar depois do Sr. Deputado, um assunto muito importante que o Paraná está perdendo muitos recursos, o senhor tem razão. Acho que temos que cobrar do Governo Federal, reconheço que muitos avanços aconteceram com relação ao Paraná, inclusive, mas nesta questão, com a diferença com os outros Estados, o senhor tem razão.

Não sei, mas nessa questão de transferência de recursos às vezes tem problema dos Municípios que atrasam um pouco a liberação dos convênios, dos empenhos. Temos que analisar com profundidade, mas concordo, no geral, com o seu pronunciamento, temos que nos unir para tratar dos interesses do Paraná.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

O Paraná tem gente forte no Governo, tem o Ministro do Planejamento, o secretário pessoal do Lula, que conhece melhor a vida do Lula do que a própria Dona Marisa, e ele é da minha Cidade de Londrina.

Está terminando o Governo do Lula, e nada de liberar as verbas para o Paraná, como também a Câmara

dos Deputados, na Comissão de Justiça, aprovou lá para que acabe essa redução na aposentadoria de quem ganha mais de um salário-mínimo por mês. Mas está anunciando que a tropa de choque do Lula vai pressionar no plenário da Câmara para isso não ser aprovado. Ou seja, para o Lula poder continuar dando aumento de "x" por cento para quem ganha mais de um salário-mínimo, e um aumento menor, tratamento desigual, desumano, para quem ganha qualquer centavo acima de um salário-mínimo, o que é um tratamento que não é justo.

Tomara que o Governo Federal libere essas verbas, não é para esta Casa, às vezes é para Município pequeno. Tem tanta obra social que poderia fazer, e se o pequeno Município não for ajudado, os problemas sociais desaguam nas grandes Cidades, o povo acaba indo embora para as Cidades grandes.

Também temos aqui da Câmara Municipal de Medianeira, aqui no Paraná, assinado pelo grande Presidente José Valdir Linhar, Presidente da Câmara Municipal de Medianeira. Ele manda expediente sobre requerimento de autoria dos Vereadores José Valdir Linhar, Pedro Ignácio Sefrin, Jean Rogers Bogoni, Edir Josmar Moreira, Ademir Paulino Ferrari, Lucy Regina Andreola Fernandes, Rosani Nami, Vitalino José Saratti e Valdecir Fernandes.

O que é que eles estão fazendo aqui? Dando apoio ao Poder Legislativo de Medianeira para que seja votado o voto contrário ao Parecer nº 013/09, da Câmara de Educação Básica, que estabelece as diretrizes operacionais para atendimento educacional especializado na educação básica - modalidade educação especial. Essas diretrizes demonstram obrigatoriedade de matrícula de todas as pessoas com deficiência, indistintamente, nas classes comuns das escolas regulares. Condicionando um financiamento do Ministério da Educação às matrículas da escola comum. Volto a falar sobre esse assunto.

Parabéns aos Vereadores de Medianeira, na pessoa do Presidente José Valdir Linhar.

Algum cabeçudo, com mentalidade desumana, resolveu estabelecer que uma criança portadora de uma deficiência, seja ela autista, excepcional, portadora de Síndrome de Down, com problema mental, que essas crianças especiais sejam matriculadas na escola na mesma sala de aula do aluno que não tem nenhum tipo de deficiência.

Ora! A criança até na própria APAE sente-se bem naquele meio, com outras crianças que têm os mesmos problemas excepcionais. Todas as crianças e adolescentes especiais sentem-se bem no mundo deles. Agora, você coloca uma criança especial junto com uma criança que não tem problema, fico imaginando, será que esse excepcional não vai virar motivo de gozação na escola, de chacota, humilhação? Vai sofrer sim!

É lamentável que o Presidente Lula tenha permitido que alguma autoridade do seu Governo tenha tomado essa absurda e ridícula decisão de querer acabar com a APAE, acabar com as salas especiais e colocar o

excepcional, o autista, pessoas com problema mental, colocar junto com pessoas que não têm problemas. Independente de ter ou não ter gozação, humilhação, execração, será que esta criança que é especial, será que ele vai conseguir acompanhar o mesmo ritmo da criança que não tem nenhum tipo de deficiência?

Com muita honra, concedo aparte à Deputada Cida Borghetti, de Maringá, que amanhã Maringá e região vão homenagear o grande e querido líder, Presidente do nosso partido, Deputado Ricardo Barros. Ele faz uma coisa bacana: todos os anos, quando faz aniversário, comemora com seu povo. É um líder diferente.

A Sra. Cida Borghetti (PP)

Prestando atenção ao seu importante pronunciamento, falando das escolas especiais, das APAEs, diariamente recebemos, através do nosso correio eletrônico, manifestações de pais, professores, profissionais da área de educação especial. Acho que o Presidente Lula deve rever, bem como o Ministro Haddad, nós mesmo já encaminhamos, e V. Exa. pode encaminhar, um requerimento há quase dois meses, nossa manifestação contrária à esta atitude, mesmo porque nossos especiais realmente precisam de um atendimento especial. Os professores, os profissionais da área de educação especial, são preparados para lidar com nossas crianças. Então, penso que é um momento de reflexão para o nosso Presidente Lula, com toda sua humilde, sua grandeza de Chefe de Estado, deve analisar bem e voltar atrás.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Está encerrada esta medida que ele tomou. Tem professor que não está treinado para isso. Falou bem a nossa Deputada Cida Borghetti, tem professor que não está preparado, não tem qualificação para ir a uma sala de aula e ensinar a um aluno que é especial.

Presidente, agradecer a presença dos leões que estão aqui conosco: Carlos Eugênio Carneiro de Mello, presidente do Lions Clube de Curitiba do Batel; o Cláudio, presidente do Conselho de Governador dos Lions do Sul do Brasil. Eu estava ouvindo agora há pouco que cada clube, quando completa 50 anos de existência, recebe uma placa na sede aqui de Curitiba, perto do Centro Cívico. E hoje são 18 clubes que estão recebendo a placa alusiva a este evento.

O pessoal que pertence ao Lions é um pessoal de paz, de amor, grandes serviços prestados à comunidade. Se colocarmos um membro do Lions no comando de cada País no mundo, não vai ter guerra nunca! Quem é do Lions é a favor do amor, da paz, da felicidade para nosso povo. Por isso, estou feliz em poder saudar estas figuras queridas do Lions que aqui estão, que têm prestado bons serviços à nossa comunidade. Cada um no seu Município, cada um sabe o trabalho social que tem feito na sua Cidade e também o trabalho cívico, que é importante, visando o desenvolvimento da sua Cidade, do nosso Paraná e do nosso Brasil. Volto a repetir, se em cada

Pátria tivéssemos alguém do Lions no comando de Forças Armadas, o mundo teria mais dinheiro para investir na descoberta da cura do câncer e de tantas outras enfermidades. Porque com o Lions não há guerra; há paz, há fraternidade, há amor e respeito, tão importantes ao nosso semelhante. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossos visitantes.

Tivemos hoje pela manhã a presença do ex-Presidente da Fundação COPEL aqui na Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa. Diversos Deputados, o Deputado Artagão Mattos Leão conduziu e diversos Deputados fizeram uma série de questionamentos. Mas eu, particularmente, gostaria apenas de fazer referência a um questionamento que fizemos. Obviamente os demais Deputados, os Deputados Elio Rusch, Durval Amaral, estiveram e foram os principais inquiridores na manhã de hoje. Certamente farão, na sequência, um debate a respeito da situação. Mas a mim fica uma pergunta que não foi respondida, e nem poderia ser, pelo ex-Presidente da Fundação COPEL, mas que eu acho que é fundamental para nós aqui na Assembleia Legislativa, no nosso papel de fiscalizadores do Poder Executivo e do Poder Legislativo. De tudo que eu ouvi, se o negócio foi feito com a PREVI ou não, se a FUNBEP fez um bom negócio ou não, se a Fundação COPEL deveria ou não ter comprado, feito uma oferta anterior para ter comprado parte da PREVI, embora tenha sido dito que a PREVI não ofertou antecipadamente à COPEL, mas de tudo o que eu ouvi ficou uma dúvida, e que espero que seja esclarecida, coloquei inclusive hoje para o Presidente da comissão.

Dito isso pelo ex-Presidente da Fundação COPEL, houve num determinado momento, no mês de outubro, uma reunião entre a APPA, autoridade portuária dos portos de Paranaguá e Antonina, Banco do Brasil, Banco de Investimentos e a PREVI, no Rio de Janeiro. Ora, é sabido por todos que quando houve a primeira tentativa de venda para um grupo canadense de fertilizantes, que se propunha inclusive a investir cerca de R\$ 200 milhões em Antonina e no porto, esse projeto acabou sendo inviabilizado, mas ficou sendo muito difícil a sua execução, porque houve a suspensão do licenciamento ambiental do IAP e também houve naquele momento a proibição de exportação e importação de fertilizantes. Isso, claro, é legítimo e está dentro das atribuições da APPA.

Na sequência, além de termos o processo todo de assoreamento do canal, de não termos tido as condições de fazer com que os navios pudessem atracar à noite e termos tido uma resolução, uma Circular n° 0808, que os senhores sabem que o porto de Antonina, em que pese

ter sido inicialmente feito para congelados, acabou em determinado momento fazendo todo tipo de exportação de cargas gerais, de madeiras, de bobinas de aço, de uma série de coisas. Isso, resumindo, significa 75% do movimento do porto. Quando foi proibido que esse movimento fosse feito por cargas gerais, o porto praticamente ficou estagnado.

Sabendo que foi a própria APPA que fez essa resolução, a pergunta que eu fiz hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, e que na sequência foi deferida pelos Deputados Artagão e Durval Amaral, e acho que é isso que queremos saber na sequência, qual foi o papel da APPA junto ao Banco do Brasil, Banco de Investimento e junto à PREVI, numa negociação no Rio de Janeiro? Sabemos que a APPA já não poderia fazer sequer uma oferta de compra, porque o Conselho Monetário Nacional já havia editado uma circular proibindo que fosse feita essa compra dos portos, no caso de Paranaguá, para o porto de Antonina.

Então, queremos saber o que a APPA estava fazendo no Rio de Janeiro numa negociação com a PREVI, que é o Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil, que tinha intenção de vender a sua parte, com o Banco do Brasil, Banco de Investimentos, que é um banco que financiou inclusive a Fortesolo para que fizesse a compra da sua parte, depois também da parte do BANESTADO, da FUNDEP. É essa pergunta que esperamos que seja respondida pela autoridade portuária numa próxima oportunidade.

Agora, que é difícil explicar eu não tenho a menor dúvida, porque fica uma impressão de uma intromissão indevida num negócio que estava sendo realizado naquele momento, e que trouxe, a meu ver, uma situação para COPEL bastante complicada. Porque como a COPEL não aderiu ao pacto e não fez a venda naquele momento em que a PREVI também fazia, assim como a FUNBEP, hoje a Fundação COPEL vende a sua parte para a Fortesolo, se for vender, pelo preço que a Fortesolo, quiser comprar. E pior ainda, ou faz isso, ou fica sócia, para todos os ônus e bônus que tiver nessa operação presente e nas operações futuras.

Essa é a pergunta, Sr. Presidente, que esperamos poder ver aqui, dentro em breve, ser respondida, porque até o momento abriu mais dúvidas do que certeza. Mas foi proveitoso, de qualquer forma quero cumprimentar a Comissão de Fiscalização que fez o seu papel.

Para encerrar, gostaria de fazer uma comunicação à Mesa e aos Srs. Deputados. Há cerca de 35 a 40 dias, fizemos um pedido de informações aprovado nesta Casa, para que a Secretária Telma nos informasse se houve ou não uma sindicância interna, e se houve qual o resultado. Faz 35 dias e não veio a resposta. Se esta resposta não vier, e quero antecipar à Casa que, na segunda-feira, quero entrar com um mandado de segurança contra a Secretária e contra a Secretaria para que ela cumpra aquilo que determina a lei e a Constituição. Ela tem obrigação de responder a esta Casa. Ela não pode tratar

os pedidos de informação, aprovados nesta Casa pela maioria dos Deputados, como se fosse uma brincadeira de criança. Ela tem a obrigação constitucional de responder. Se ela não quiser responder, tudo bem, entramos com um mandado de segurança e vamos buscar os direitos constitucionais para que possamos ter as informações para cumprir o nosso papel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Tadeu Veneri, duas questões bastante importantes levantadas por V. Exa. Primeiro, está comprovado aquilo que discutimos ontem, a eficácia das Comissões Permanentes da Casa. Tenho certeza absoluta que a Comissão de Fiscalização, com o apoio das diversas comissões e dos Deputados que efetivamente estejam interessados em resolver qualquer denúncia, teremos condições e chegaremos a um final definitivo, mostrando aquilo que queremos apurar, que aliás é o dever desta Casa.

Está, mais uma vez, configurado, Deputado Tadeu Veneri, que não há necessidade, quando se quer apurar efetivamente alguma coisa, em se criar uma CPI. A CPI cria-se a Comissão Permanente não funcionar, se a Comissão Especial de Investigação não fizer o seu papel, aí sim poderemos instalar uma CPI. Mas vamos esgotar todos os mecanismos, todos os meios que dispomos.

No que diz respeito à segunda questão que V. Exa. levanta, da Secretaria não haver respondido, vou verificar imediatamente com a nossa secretaria, em especial com o nosso 1º Secretário, quando foi expedido e porquê não veio a resposta. E vamos exigir, sim, que a Secretária responda, até porque esse requerimento foi aprovado nesta Casa.

Com a palavra o Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros do Lions Clube aqui presentes.

O Lions Clube Curitiba Batel completa 50 anos de existência e serviços prestados à comunidade.

Na tarde de hoje, às 16h, aqui ao lado da Assembleia Legislativa, será lançado o ato de revitalização do Largo Melvin Jones. Melvin Jones foi o fundador do Lions Internacional e desde 1970 empresta seu nome ao Largo.

Sabemos da importância do Clube Lions para a sociedade. O Clube do Batel, por exemplo, participa do Programa da Organização das Nações Unidas de Impacto Global e das Metas do Milênio.

Além disso, desenvolve o Projeto Zumbi-Mauá Ação Ecológica para resgatar a cidadania da população das vilas Zumbi dos Palmares e Barão do Mauá. Também possuem atividades para o auxílio e formação de coope-

rativa de catadores de papel, reciclagem de lixo, hortas comunitárias, cursos profissionalizantes, guardas mirins, concursos escolares e coral infantil. Os membros do Clube Lions são pessoas que fazem diferença em nossa sociedade e merecem nossa homenagem e nosso respeito.

Cientes da importância dessa organização, convido aos nobres Deputados a participarem do ato de revitalização do Largo Melvin Jones. Outros 18 clubes do Paraná, com mais de 50 anos de existência, também serão homenageados com a inauguração de placas no Largo.

Ainda na noite de hoje, às 20h, no salão do Restaurante Veneto, acontecerá a assembleia geral festiva do Jubileu de Ouro do Lions Clube de Curitiba Batel. Todos os Deputados estão convidados para participar.

Externo mais uma vez meu respeito e admiração pelos membros do Lions, especialmente ao Lions Batel.”

Gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, a importância de que clubes como o Lions continuem participando ativamente nos interesses da nossa sociedade e que, através de ações conjuntas, comunitárias, têm contribuído para que possamos melhorar cada vez mais a nossa Cidade, a nossa sociedade e principalmente o nosso País. Neste momento, mais uma vez, quero agradecer a presença de todos os companheiros do Lions Clube, parabenizando pelo belíssimo trabalho que fazem em prol de toda nossa sociedade brasileira.

Era isso. Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência sente-se honrada e irmana-se à homenagem feita pelo Deputado Teruo Kato. Agradecemos a presença do Dr. Carlos Eugênio Carneiro de Melo, presidente do Lions Clube de Curitiba Batel; do Cláudio Rego, presidente do Conselho de Governadores do Lions Sul do Brasil; e a especial deferência do Dr. Mário de Mari, que é uma das locomotivas do nosso Estado do Paraná. Sejam, portanto, sempre bem-vindos a nossa Casa! A Assembleia escancara as portas às senhoras e aos senhores, bem como a todos os clubes de serviço que tem por objetivo melhorar a nossa convivência em comum.

Esta Presidência anuncia também a presença do Vice-Prefeito Gilvan Francisco do Município de Cândói; do Vereador Antônio Carlos de Araújo, o Carlão; do Vereador Valter Oliveira da Luz e do Vereador Arlindo Sirigatti. Todos lá de Cândói, companheiros que são do Deputado Luiz Fernandes Litro. Sejam bem-vindos a esta Casa!

Com a palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nossos visitantes, imprensa, telespectadores.

Quero cumprimentar o Lions Clube do Batel; e o Fórum dos Servidores Públicos, aqui representados pela sua coordenadora Elaine.

Quero abrir minha fala dizendo que estamos acolhendo, junto com vários Deputados aqui, a solicitação do Fórum dos Servidores Públicos para previsão orçamentária, que assegure reajuste aos servidores públicos, por ocasião da data-base do próximo ano, do dia 1º de maio. Para assegurar, inclusive, ganho real; e para repor perdas do passado, quando tivemos prejuízo. Mesmo tendo reajuste na data-base, ele acabou sendo inferior ao que a legislação determina. Por isso, colocar no orçamento essa diferença para repor no próximo ano. Então, da nossa parte, está acolhido. Vários Deputados que já falei aqui na Assembleia, hoje, na Sessão, também acolhem esse pedido do Fórum dos Servidores Públicos. Então, vamos apresentar uma emenda, por vários Deputados aqui, ao Orçamento do Estado para 2010, objetivando reajustar o salário dos servidores públicos.

Também estamos nesta tribuna para falar de uma Audiência Pública realizada pela Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, na noite de ontem, eu estive presente, mais de 300 policiais estiveram presentes, também policiais civis, imprensa, a população de Foz do Iguaçu, apoiando a PEC nº 064, que é de nossa autoria, apoiada por mais 26 Deputados aqui na Assembleia Legislativa. E saímos da Audiência Pública, em Foz do Iguaçu, com a convicção de que estávamos certos, aqui, no dia 23 de setembro, quando naquela Audiência com mais de 500 policiais presentes, com mais de 18 Deputados aqui também ajudando a debater que o caminho seguro para a Polícia Civil e para a Polícia Militar no Estado do Paraná, e para a Segurança Pública, é a valorização dos profissionais que fazem a segurança. E o subsídio está previsto na Constituição Federal já há 11 anos e meio. E nós, agora, com essa PEC, vamos regulamentar a nossa Constituição do Estado para que o próximo reajuste da Polícia do Estado do Paraná seja por subsídio, corrigindo o prejuízo que a nossa Polícia tomou de 1998 para cá, com a Emenda nº 019.

Então, queremos parabenizar a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, parabenizar os policiais de Foz do Iguaçu e região, que organizaram uma Audiência Pública com mais 300 pessoas, que foi muito produtiva e que deve agora chegar, sair de Foz do Iguaçu chegando a Paranaguá, passando por várias Cidades, fazendo essa mobilização.

Quero aproveitar o espaço, pedindo evidentemente naquela Audiência Pública, pedido ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Nelson Justus, para apressar a tramitação da nossa PEC aqui na Assembleia Legislativa, porque ela atende um anseio da população, que é a defesa do interesse público, da Segurança Pública.

Também recebemos, neste começo de tarde, eu e o Deputado Péricles, a direção do sindicato dos servidores que são agentes penitenciários, que entraram em greve a partir da zero hora do dia 21. Estamos fazendo um apelo, como já fizemos aqui duas vezes nos últimos 15 dias, para que o Governo atenda reivindicações como essa,

para alterar a escala. Segundo a direção do sindicato, alterando a escala de 24 por 48, de 12 por 48, combinando com 12 por 60, não precisa contratar nenhum novo agente penitenciário, vai dar conta de atender uma reivindicação importante e vai melhorar a vida desse agente penitenciário e vai melhorar, inclusive, o trabalho nas penitenciárias.

Uma outra reivindicação é a correção de uma gratificação criada em 2005, de R\$ 1 mil e 550, que é maior do que o salário inicial do agente penitenciário. E ela não foi corrigida em 2006, 2007, 2008, 2009. Quando se corrigiu o salário em 6%, por exemplo, não se corrigiu a gratificação. A gratificação, na maioria das vezes, é maior do que o salário do agente penitenciário, está congelada. Não pode continuar congelada, precisa descongelar, porque essa gratificação integra a aposentadoria do agente penitenciário.

Por isso, fazemos um apelo, tem outras reivindicações. Não temos tempo para declinar todas elas, mas em outro momento voltamos aqui para declinarmos todas as reivindicações, como já fizemos em outros momentos. Um apelo ao Governo do Estado, receba essa direção do sindicato e negocie, para não termos greve a partir do dia 21.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, cumprimentar os dirigentes sindicais do Sindicato dos Servidores do Estado do Paraná, que estão apresentando à nossa bancada e aos demais Parlamentares, uma série de reivindicações, que já foram expressas pelos Deputados Lemos e Tadeu. Eu também, e os demais Deputados do PT, com toda certeza, assinaremos algumas emendas ao orçamento, conforme reivindicação dos servidores e apresentações em seu benefício.

Ontem, em Brasília, houve uma reunião muito importante de alguns Deputados Federais do Paraná, com o Ministro Fernando. Recebi um telefonema do Deputado Ângelo Vanhoni, à noite, me passando uma notícia de extrema importância para o nosso Estado. Provavelmente o que vai acontecer é uma conquista com o resultado dessa reunião, que aconteceu com o Ministro da Educação, que mudou a sua compreensão sobre esses problemas.

O Paraná é um dos Estados da Federação que está recebendo menos recursos para os Institutos Federais Tecnológicos, que são instituições de mais alta importância para o Brasil. O Instituto Federal do Paraná, e os demais em todo o Brasil, que foram criados pelo Governo Lula, são universidades completas, que têm cursos desde educação infantil até doutorado, educação à distância, ensino presencial. Praticamente, a metade dos recursos

dessas instituições de nível superior são obrigatoriamente aplicados em cursos técnicos de 2º grau. Os Institutos Federais Tecnológicos são voltados à formação de quadros também de nível superior, professores de química, biologia, ciências, para o magistério. É uma instituição diferente.

Analisando o quadro de investimentos do Brasil e o número de institutos criados, o Paraná está bem atrás de todos os Estados da Federação. Pequenos Estados, economicamente bem mais frágeis, é que receberam menos recursos que o Paraná.

Vamos dar alguns exemplos: Rio Grande do Sul, um Estado muito próximo do Paraná, do ponto de vista econômico e de indicadores sociais, recebeu três Institutos Federais: Instituto Federal Rio Grande do Sul, Federal Farroupilha e Federal Riograndense. Os recursos aplicados para o ano que vem para esse Estado são de R\$ 239 milhões e 189 mil. Santa Catarina, que é um Estado menor do que o Paraná em população, em Produto Interno Bruto e assim por diante, tem dois Institutos Federais: o Federal Catarinense e o de Santa Catarina, que está recebendo 188 milhões. O Paraná, que tem apenas um Instituto, o Federal do Paraná, está recebendo apenas R\$ 56 milhões. São Paulo, 155 milhões; Minas Gerais, tem cinco Institutos, R\$ 342 milhões; Rio de Janeiro, dois Institutos, R\$ 230 milhões; Espírito Santo, bem menor do que o Paraná, R\$ 191 milhões, um Instituto; Goiás, R\$ 168 milhões, dois Institutos; Distrito Federal, um Instituto, mas mais do que o Paraná, 174 milhões; Mato Grosso, 108 milhões; apenas Rondônia e Tocantins recebem menos recursos do que o Paraná.

Diante desse quadro, houve um debate intenso com o Ministro. Na conversa que o Ângelo me relatou - no começo eu disse que se somássemos as Universidades Federais, aqui, no caso, Laranjeiras mais a Universidade Tecnológica, mas daí à conclusão que chegou é que piora ainda o quadro se compararmos o Paraná com os outros Estados, somando-se as universidades e as outras que os Estados também receberam. E no final da reunião o Ministro saiu convencido.

Então, dessa reunião surgiram perspectivas novas, e pretendo como, por exemplo, Comissão de Educação e Cultura, chamar uma audiência com o Reitor do Instituto Federal do Paraná, para encaminharmos juntos com os Deputados Federais do Paraná, lá em Brasília, encaminharmos ampliação e criação de novos *campi* em Municípios paranaenses.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Inclusive existem alguns casos que o Instituto é uma expansão, o *campus* de uma Cidade é expansão de um *campus* da outra. Isso pode acontecer. Por exemplo, Ponta Grossa, pela regra geral, não pode receber o Instituto Federal, porque ela já tem a Universidade Tecnológica, CEFET.

Então, Municípios onde já existe Universidade Tecnológica não poderão receber o Instituto. Com exceção de Londrina, que conseguiu uma extensão.

Por exemplo, o Município de Castro, que fica a 40 quilômetros de Ponta Grossa, Município médio, importante, tradicional, histórico, ele pode receber uma extensão do *campus* ou um *campus* próprio. O Município de Palmeira também pode receber; o Município de Jaguariáiva, que é um polo regional dos Campos Gerais, mas situado mais ao Norte, uma Cidade antiga, polo industrial, papel, poderá receber uma extensão se forem alocados mais recursos. E assim no Paraná todo.

Então, esse é um assunto de elevado interesse público, grande interesse do Estado, porque o Instituto está vinculado aos Arranjos Produtivos Locais. Os cursos técnicos que ele oferece são de acordo com a realidade local. É a vocação de cada região, de cada Cidade.

Portanto, toda Assembleia tem interesse, todos nós Deputados temos a nossa base em cada região do Estado. Temos o mais alto interesse a favor de nossas regiões, desenvolvimento autossustentado, de levar *campus* para a nossa Cidade, a nossa região.

Por isso é uma notícia importante, porque o Ministro está convencido, como disse o Deputado Federal Vanhoni, que vamos captar mais recursos, convocar uma Audiência Pública grande aqui na Assembleia, como Reitores dos Institutos para expandirmos, quem sabe já no ano que vem, não só os recursos, mas também os cursos técnicos em várias Cidades.

Lembrar também que o Instituto é o responsável pela solução da questão da VIZIVALI. O Instituto começa agora em março do ano que vem, praticamente mais de 300 Municípios do Paraná. Os professores vão se inscrever, vão ter 200 horas de aulas, mais ou menos, e vão receber o curso de Pedagogia pleno. Não mais normal superior, que eles pagaram e não receberam da VIZIVALI. Aqueles professores que tiverem pós-graduação vão diminuir a carga horária. Para termos uma análise do Instituto, que tem grande influência na educação à distância em parceria com a Universidade Aberta do Brasil. Queria trazer essa notícia para os Srs. Deputados e à população que nos assiste pela TV SINAL.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje pela manhã, acompanhado pelo Professor Lemos e mais de 10 Deputados que passaram por aqui, falaram, tivemos a Audiência Pública da Universidade do Litoral. Recebemos uma série de reivindicações, estavam presentes, além do Professor Valdo, que é o diretor, mais 16 professores, mais 200 alunos, estavam presentes os Prefeitos de Matinhos e Morretes, também alguns representantes da colônia de pescadores, da Secretaria da Agricultura do Paraná, tivemos uma aula dos projetos para a Universidade do Litoral, que é diferente, porque ela parte para uma realidade concreta que envolve todo estudo, não é por departamento nem por disciplinas, o aluno conhece

a realidade do Litoral, principalmente na sua área de realidade global, daí escolhe um projeto para ser desenvolvido naquela área que ele estuda e a partir do projeto escolhido é que ele vai buscar os conteúdos disciplinares para dar substância ao seu projeto.

Então, a universidade está pensando muito a problemática do Paraná e apresentando propostas e soluções. Eu inclusive fiz um desafio a eles, assim como o CREA conseguiu fazer várias reuniões nos principais polos do Paraná e apresentar uma agenda parlamentar, com projetos concretos para legitimarmos institucionalmente, fiz um desafio para que eles também apresentassem projetos na Assembleia Legislativa para o desenvolvimento do Litoral, e que eles não tivessem a menor dúvida que os Deputados todos teriam o maior interesse em apresentar e aprovar todos os projetos que fossem benéficos àquela região, que tem tantos problemas ainda e que foi, durante tantos anos, esquecida pelos governantes, não só do Paraná, mas de todo o Brasil. Tem problemas seriíssimos como Guaraqueçaba, que está isolada, a questão ambiental, hoje mesmo as manchetes denunciam prisões feitas pela Polícia Federal na questão do palmito, é uma região complexa, mas que tem um potencial enorme, maravilhoso.

A Universidade do Litoral, além de se preocupar com as questões do Litoral, preocupa-se também e age em outra região problemática que é o Vale do Ribeira, uma região muito pobre, que também tem uma questão ambiental seriíssima, uma região abandonada; nós temos na região de Adrianópolis um quilombo que o pessoal vive numa situação de 60, 70 anos atrás, as habitações não têm banheiro. Tem uma ex-aluna minha, da Universidade de Ponta Grossa, que fez uma imersão na comunidade, ficou 60 dias vivendo com as pessoas da comunidade e agora mais 30, fez um diagnóstico profundo dessa região quilombola. Mas é uma região belíssima, esquecida, que a Universidade do Litoral se preocupa.

Então, fiz este desafio que eles trouxessem projetos concretos para a agenda parlamentar e a relação da universidade com a Assembleia vai trazer benefícios para todos.

Concedo aparte ao Professor Lemos, com prazer.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Quero cumprimentar o Deputado Pérciles, mais uma vez, pela brilhante decisão de conversar uma Audiência Pública. Mobilizou aqui 10 Deputados desta Casa, mobilizou o Litoral inteiro, vários Prefeitos, Vereadores, várias entidades, professores, funcionários e principalmente estudantes da Universidade do Litoral. O resultado dessa Audiência foi muito positivo. Entre algumas preocupações trazidas aqui vou contribuir com uma que é a travessia entre Matinhos e Guaratuba. Foi por vários oradores aqui citado como um problema sério que divide, que aparta o Litoral do Paraná e para os estudantes é terrível aquela travessia, é como se fosse um pedágio.

Precisamos nos preocupar, nós todos aqui, temos vários Deputados aqui que são apoiados pelo Litoral, tivemos voto lá e precisamos, unidos com as entidades, com as Prefeituras, como V. Exa. mesmo se pronunciou aqui na Audiência, temos que apresentar solução para problemas como esse, que separa o Litoral do Paraná. O Litoral não é grande, é pequeno e precisa ser unificado.

Então, é uma preocupação muito grande com o transporte. Além do problema do ferry-boat tem o transporte para os estudantes, que vamos debater aqui com um projeto de lei já tramitando nesta Casa.

Parabenizar o Litoral pela mobilização brilhante que fizeram no dia de hoje.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputado Lemos. O senhor complementa muito bem a questão do ferry-boat e temos um projeto de lei que está na Casa desde 9 de março, solicito à Mesa para encaminhar à votação. Foi a universidade que me pediu para que os estudantes e professores da universidade, quando estivessem prestando serviços na universidade, estudos, pesquisa, eles não paguem o ferry-boat, como teve um conflito lá, este projeto está para ser votado já na CCJ. Eu peço agilidade, eles me pediram e eu até me comprometi a pedir regime de urgência. Eu peço agilidade, eles me pediram e eu até me comprometi a pedir regime de urgência, segunda-feira pego a assinatura dos Deputados para que possamos votar e resolver, em parte, o problema. Como disse o Professor Lemos, eles colocaram a questão da integração do transporte entre os Municípios, que é gravíssima a situação, inclusive o Prefeito expôs aqui que ele achou uma solução para o transporte entre Matinhos e Pontal do Paraná e a licitação que ele fez, está sendo embarcada na Justiça pela Federação dos Transportes do Litoral. Temos que achar uma solução junto com a universidade, uma solução para a integração resolver esse grave gargalo de transporte no Litoral paranaense e a questão que eles também da Escola de Agroecologia em Morretes.

O IAPAR tem um prédio que está usando, não no seu potencial pleno e é uma reivindicação que já foi até para o Governador Requião até o Secretário para que ali se crie a faculdade de agroecologia da Universidade do Litoral. É o pleito que eles fizeram, além de outros pleitos, o Prefeito Amilton de Morretes colocou que uma das questões que o Estado poderia ajudar o Litoral era mudando o período escolar, para estender as férias do final do ano por um tempo maior, é uma questão complexa é claro, mas é o pleito que ele faz. A temporada seria maior no Litoral e daria mais recursos e mais renda para o nosso povo do Litoral que tanto precisa. Queria parabenizar a universidade.

Para concluir queria fazer uma homenagem, apresentei uma moção de aplausos a um intelectual paranaense, autodidata que merece todo o nosso respeito o professor Arnoldo Monteiro Bach do Município de Palmeira.

Ele lançou uma trilogia sobre o ciclo do transporte, importantíssima para a história do Paraná: que são os Carroções, Vapor e Trens. Tive a honra de prefaciá-lo livro Trens, o Rafael Greca faz o prefácio do livro Vapor. E agora ele lança o quarto livro Os Porcadeiros, que lançou no sábado num sítio, uma preciosidade que deve ser tombada pelo patrimônio paranaense, que é o Sítio Mindinho, onde ele recupera toda a imigração em Palmeira, o artesanato, muito bonito, foi um momento sublime que vivemos lá no lançamento desse livro e queria cumprimentar o professor Arnoldo por mais esse lançamento que traz uma saga de um período histórico. Fiz uma moção de aplauso ao escritor e espero, que seja aprovada por todos os Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passo ao Horário das Lideranças.

No horário do PDT concedo a palavra ao Sr. Neivo Beraldin.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Havia me inscrito no Pequeno Expediente, mas faço uso da palavra após o Deputado Neivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está certo.

Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Há uma grande polêmica colocada hoje, pelos posicionamentos de ontem em relação a importância e a eficácia das CPIs. E eu como fui Presidente da CPI do BANESTADO, tive uma experiência grande, porque presidi uma CPI por nove meses nesta Casa. E sinceramente a CPI foi extraordinariamente importante para o povo do Paraná. Lembrome bem, que antes de instalarmos a CPI para deliberar as funções e os seus objetivos, fizemos um trabalho técnico, amparado com a assessoria técnica e elaboramos um roteiro para deliberação da primeira Sessão. Ali se delibrou que: ficavam autoconvocados todos aqueles que dirigiram o banco, os ex-Secretários de Estado, os membros do Tribunal de Contas. E fizemos uma lista de interesse do povo e assim se procedeu e se deliberou, e nós ficamos nove meses.

Logramos êxito na quebra do sigilo bancário e fiscal das empresas e das pessoas. Conseguimos a quebra do sigilo bancário do Banco Central. Fomos os primeiros no Brasil a deter o CD da movimentação bancária de remessa de dinheiro brasileiro para o exterior.

Olha que via BANESTADO foram remetidos mais de US\$ 100 bilhões. O CD esteve no domínio dos membros da nossa comissão. Constatou-se naquela oportunidade - olha Deputado Ney Leprevost a importância de uma CPI - se constatou na CPI que o Banco do Estado do Paraná, não prestou conta do seu exercício financeiro de 1997, 1998, 1999 e 2002. Constatou-se - note a gravidade - que o Tribunal de Contas que tinha uma sala ao lado do Presidente do Banco do Estado do Paraná, no conglomerado BANESTADO, assim como o Ministério Público que tinha uma sala ao lado do Presidente do Banco do Estado do Paraná, que administrava 14 empresas do conglomerado BANESTADO e mais de 400 agências. E se constatou que naquele período veio as contas com pareceres prévios elaborados pelo Tribunal de Contas e, que não constava no Orçamento do Estado a movimentação financeira do Banco do Estado do Paraná, que a população paga hoje uma conta em torno de R\$ 70 milhões, por mês, ou mais de 15 milhões por semana. Daria para fazer simplesmente 4 mil casas populares para o povo.

Viu-se isso do Ministério Público que não viu o tal processo acontecer, que não viu que o Governo do Estado contraiu empréstimos na época de R\$ 5,6 bilhões para sanear o BANESTADO e que, 600 milhões não se encontrou aonde foram aplicados.

Então, uma CPI é o maior instrumento para acordar os Poderes adormecidos, os Poderes desinteressados em investigar as grandes questões que envolvem a economia do nosso glorioso do Estado do Paraná. Às vezes tenho a impressão que tudo está de acordo, acomodado como está, mas percebo e sinto no dia a dia que a população tem pago uma conta muito elevada, sobretudo quando se vai nos bairros da Cidade, dos Municípios metropolitanos, no interior do Paraná. Quando você vê a ausência de creches para as nossas crianças, quando você vê o não cumprimento do Estado na aplicação do mínimo-necessário para a Saúde, para a Educação.

E o nosso FDE - Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná, sinceramente, gostaria muito um dia ter poder de investigar o FDE. Por exemplo, investigar essa empresa, daí você diz: "Investigar nossa empresa que fez essa obra no Litoral, que não fez até hoje, que recebeu extraordinariamente mais."

Então, em partes, concordo com o nosso Presidente Nelson Justus, porque sei da sua preocupação. Mas afirmo, o problema não está no instrumento maior da população que é a importância da CPI. Talvez tenhamos que chegar a discutir, que o problema talvez seja os integrantes que compõem uma CPI.

Quem sabe teremos que imaginar e temos que caminhar a passos largos para evoluir e para qualificar a representação popular. Por isso, com tranquilidade, afirmo à população do meu Estado, a política não pode ser feita apenas pelos políticos, a política não pode ser feita apenas pelos Governantes, a política tem que ser feita e exercida diariamente pela população.

Os meios de comunicação também não devem ser apenas para contar aquilo que pode vender no jornal, mas podem ir a fundo no comportamento, no trabalho de cada ser humano, que tem a função de representar o seu povo, a sua gente, e por isso os Deputados devem, sim, ter uma assessoria técnica qualificada.

Até diria ao Presidente Nelson Justus, quem sabe sonharmos um dia, e quando um Deputado ingressar nesta Casa, embora V. Exa. tenha colocado uma assessoria técnica agora, que os Deputados recebam da Casa uma assessoria multidisciplinar.

Lembro-me bem na CPI do BANESTADO, nós Deputados, os 11 Deputados membros da CPI que recebíamos as informações pelas mãos dos técnicos que estavam lá dentro do Banco Central e lá dentro do Banco do Estado do Paraná, manuseando auditorias, manuseando documentos, elaborando perguntas para os convocados, para que se confirmasse o sim, ou não, porque já tínhamos o documento em mãos.

Descobrimos que após o banco ter encerrado as suas atividades, um determinado diretor determinou que o gerente Grand Cayman, no Banco do Estado do Paraná, liberasse quase US\$ 6 milhões às 15h e às 15h01 foi parar na agência de Nova Iorque e depois foi parar nas ilhas, e até hoje esse dinheiro não foi pago e alguns foram condenados.

Acho que tem que ser condenado sim. No mínimo temos que reprimi-los. Porque quem está pagando essa conta do rombo do BANESTADO é o povão, é aquele que precisa de escola, Segurança Pública; é a nossa gente trabalhadora, hospitaleira; são os enfermeiros atendentes, que estão nos hospitais e que gostariam de ter um instrumento maior para atender os seus pacientes; são os hospitais, que gostariam de ter mais vagas para dar a oportunidade para aqueles que precisam de um tratamento de saúde.

Sei a missão do Presidente Nelson Justus e sei que ele está fazendo o melhor junto com a Mesa Executiva. Mas que temos que refletir com profundidade a função do Legislativo, temos sim, porque é o primeiro dos três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Aqui passa tudo, aqui se aprova orçamento, aqui se aprova e se rejeita, se quisermos fiscalizar na plenitude.

Aqui se aprova inclusive termelétrica, quando temos mais de 50 hidrelétricas autorizadas, para ser instaladas no Estado do Paraná e não se instalou. Aprova-se uma termelétrica que é um cheque em branco e não sabemos o resultado que vai trazer para a população, para aquele Município e para a região.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero apenas contribuir com seu discurso, que na época que V. Exa. presidiu a CPI do BANESTADO, e o fez de maneira muito firme, deixando de lado apenas o exagero da exumação do cadáver, no cemitério, de um ex-diretor do banco. Mas V. Exa. agiu com firmeza no comando da CPI do BANESTADO.

Ocorre uma grande diferença. Naquele momento, naquela época, a Assembleia Legislativa não dispunha de um terço das condições que o Deputado tem hoje para poder investigar. A começar por esta nossa conversa, aqui, hoje, que o Paraná inteiro está assistindo. A A começar por aqui, a começar pela denúncia que V. Exa. fez hoje. O trabalho que a imprensa dá, as condições que ela tem hoje, não tinha naquela época, porque entramos no ar na casa de milhares de pessoas e os jornalistas podem fazer seu trabalho de dentro das redações de seus jornais. Não tínhamos, naquela época, as Comissões Permanentes que não tinham os poderes que elas têm hoje. Alguém me dizia ontem: “Ah! Nós poderíamos quebrar o sigilo telefônico, a CPI pode quebrar o sigilo telefônico e o sigilo bancário”. Pode nada! CPI pode pedir uma autorização à Justiça, e aí sim quebrar o sigilo telefônico e bancário.

A Comissão Permanente da Casa pode fazer a mesma coisa. Muitas pessoas não atinaram quando votaram a formatação das nossas Comissões Permanentes, não atinaram o poder que demos aos Srs. Deputados, que é fantástico, que é extraordinário.

Ora! Hoje ainda já pré-agendei uma reunião com a Comissão de Fiscalização, os Líderes do Governo e da Oposição, o Deputado Marcelo Rangel, que foi quem iniciou a solicitação de uma CPI, seguido de 18, 19 ou seja quantos Deputados assinaram a CPI, para que nós, através das Comissões Permanentes da Casa, seja através da Comissão de Fiscalização junto com a Comissão de Meio Ambiente, apuremos tudo o que tem que ser apurado, todas as denúncias que o Deputado tem em mãos, que queira fazer. Temos que apurar e temos condições para isso.

Aí, bem, não conseguimos fazê-lo. A comissão não funcionou. Temos uma Comissão Especial de Investigação. Se temos esses mecanismos na mão, por que criamos a tal CPI para correr o risco de ficarmos onde ficamos?

Quero dizer, Deputado Neivo Beraldin, que ouvi com muita atenção suas palavras e V. Exa. como sempre, foi muito cauteloso e correto. Os tempos são outros. Que não venha alguém, aqui, querendo dizer que estou tentando breçar a CPI por eu ter um bom relacionamento com o Governo ou não. Em absoluto. A Comissão de Fiscalização vai ter que funcionar, sim. E estaremos cobrando. A televisão vai estar cobrando. Os Deputados estarão exercendo seu papel de fiscalizar.

Ora! O que precisamos mais para fiscalizar este ou aquele órgão? O que é importante é que tratemos de coisas consistentes, que venham denúncias e que analisemos as coisas com muito critério, com equilíbrio, para evitar loucuras de um ano eleitoral. Temos que tomar este cuidado, muito grande. E este cuidado, esta Presidência tem. Faço questão de presidir a todas as Sessões, ouvir a tudo, fico preocupado com os e-mails que vêm, que voltam, que são lidos aqui, para ver se não estão ferindo nenhuma legislação eleitoral, não estão machucando nenhum Parlamentar ou coisa parecida. O equilíbrio tem que haver para que a

nau prossiga no caminho certo. Mas que ninguém vai me convencer que o fato de criarmos uma CPI nesta casa iremos resolver alguma situação que não pudéssemos resolver pelos mecanismos que temos hoje, ninguém vai me convencer. Principalmente porque modernizamos esta Casa. A Assembleia Legislativa daquele tempo, Deputado Neivo Beraldin, não é a mesma. E em muitos sentidos ela mudou e avançamos muito.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, sinto-me na obrigação de esclarecer a questão da exumação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não vamos voltar a esse assunto, até em respeito à família. Já passou. Vamos evitar isso, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Apenas coloquei em votação a solicitação do Deputado Bradock e eu nem votei sequer. Mas queria fazer uma outra observação: a verdade é que tudo está acertado. Não é este Governo, nem o que passou. Invariavelmente os Governos, o Poder Executivo, tem constituído a maioria facilmente dentro do Parlamento. E as comissões também, o Governo passa ter uma influência bastante grande, essa é uma constatação que temos. Estou aqui a seis meses e sou membro de duas comissões, mas não fui convocado por nenhuma comissão para participar de uma reunião. Mas sabemos que tem as comissões mais importantes e que V. Exa. também deu uma estrutura maior. Temos que reconhecer isso! V. Exa. modernizou esta Casa extraordinariamente, a começar pela televisão, que está transmitindo para toda a população do Paraná. V. Exa. avançou e muito. Mas temos que reconhecer que temos que evoluir enquanto políticos, enquanto vocação, enquanto sonho de representar a população, porque não estamos fiscalizando com todo rigor a boa aplicação do dinheiro público, e temos essa missão. A primeira missão é fiscalizar a aplicação do dinheiro público.

Evidentemente que essa constatação faz parte da realidade política, faz parte da recente democracia no País, tudo isso faz parte da nossa história, mas a grande convocação que nos resta é fazermos com que os seres humanos participem mais da política, não só falem mal da política, passem a valorizar as coisas boas, passem a participar para poder dizer: “Sou partícipe de uma história que vivi”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Já que V. Exa. falou em democracia, duvido que tenha uma Assembleia Legislativa mais democrática do que a nossa, onde o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente da comissão mais importante da Casa, que é a Comissão de Constituição de Justiça, são de partido de Oposição ao Governo. Não existe nada mais democrático do que isso.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, fiquei mais uma vez surpreso com o pronunciamento do Deputado Neivo Beraldin. Ele fez uma confidência muito profunda, há pouco, quando disse que no saneamento do BANESTADO 600 milhões sumiram, quando se pegou o dinheiro lá em Brasília para sanear as contas do BANESTADO, e que se pagou 5 milhões e pouquinho e 600 milhões não se achou. A CPI não descobriu o paradeiro desse dinheiro. Isso é muito grave! Porque V. Exa. disse aqui, Deputado Neivo Beraldin, que o Ministério Público estava do lado do Presidente do BANESTADO, e o Tribunal de Contas do outro lado. Daí eu pergunto: 600 milhões, onde foram parar?

Deputado Artagão, V. Exa. que é Presidente da Comissão de Fiscalização, na próxima reunião eu vou entrar com requerimento pedindo para investigar onde estão esses 600 milhões. Não são 10 mil, 5 mil, são 600 milhões que sumiram, dinheiro roubado do povo do Paraná. E eu ainda tenho que ouvir discurso.

V. Exa. dizia que não sabe onde foi parar o dinheiro. E o que estamos fazendo aqui? O que esta Casa está fazendo aqui? O senhor disse que roubaram 600 milhões, que não sabe onde está o dinheiro, fez uma CPI, quebrou o sigilo bancário até do capeta e não arrumou. E agora o senhor diz que tem 600 milhões que não sabe onde estão. Se o dinheiro veio do Governo Federal, 5 bilhões e 600, e se usou só cinco, tem que ter 600 milhões, tem que se descobrir aonde está esse dinheiro.

Não estamos brincando aqui de fazer política. Por isso que eu, aproveitando as palavras do Presidente Nelson Justus, na primeira reunião da Comissão de Fiscalização vou sugerir ao nosso Presidente para pedir os documentos, vamos atrás dessa bagatela de 600 milhões, que têm que aparecer. Se o dinheiro veio, o Governo da época vai explicar o que fez com o dinheiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost**O SR. NEY LEPREVOST**

Sr. Presidente, pergunto se eu poderia usar o Pequeno Expediente e o horário da liderança. Quinze minutos então. Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para tratar de um assunto extremamente importante, atinente aos interesses da comunidade que vive em Curitiba e nos Municípios da Região Metropolitana. Mas antes, se me permite, quero fazer um breve comentário sobre essa questão de CPIs e também de Comissões Permanentes da Casa.

Em primeiro lugar, em relação às CPIs, entendo que são instrumentos legislativos importantes, permite-se que as CPIs existam, isto está no Regimento desta Casa Legislativa. Mas concordo em gênero, número e grau

com V. Exa. de que não é prudente a abertura de CPIs em vésperas de eleições, porque normalmente - nós já temos uma experiência bastante grande, principalmente na Câmara Federal - essas CPIs costumam se transformar em palanques eleitorais, e muitas injustiças são praticadas, levando inclusive à demonização de pessoas que posteriormente a Justiça vem mostrar que são inocentes.

Portanto, quando assinamos a CPI do lixo, do Deputado Marcelo Rangel, o fizemos por entender que regimentalmente o Deputado tem o direito de solicitar a abertura desse tipo de procedimento, que é perfeitamente legal, perfeitamente constitucional e está dentro das normas legislativas. Mas temos que ter muito cuidado quando fazemos algum tipo de investigação para não sujar o nome de pessoas e depois não conseguirmos dar as mesmas condições, o mesmo espaço público, o mesmo espaço inclusive de mídia, para que essas pessoas limpem o seu nome perante a sociedade, perante a opinião pública e perante a sua própria família.

Antes de entrar no assunto principal da minha explanação nesta tarde aqui na tribuna da Assembleia Legislativa, também quero dizer, Sr. Presidente, que concordo com V. Exa. quando se refere às Comissões Permanentes desta Casa. Quem faz a comissão ser boa, ser importante, funcionar ou não, é o seu Presidente, o Presidente da comissão é o responsável pelo bom andamento dos trabalhos da comissão. E cito aqui a Comissão de Constituição e Justiça, que é dirigida pelo Deputado Durval Amaral, e que se reúne toda terça-feira, às 13h30 em ponto. E quando é necessário, faz reuniões na segunda e na quarta-feira.

Na própria Comissão de Saúde temos feito reuniões semanais; temos feito visitas a hospitais do interior do Paraná; temos feito Audiências Públicas. Ainda na semana passada, realizamos uma Audiência Pública para discutir a derrubada do veto do Sr. Governador ao projeto que estabelece que até 2012, todas as Cidades-polo do Paraná tenham mamógrafos à disposição das mulheres com mais de 40 anos.

Ainda ontem, apresentamos um relatório da Comissão de Saúde a um projeto do Deputado Artagão Júnior, tratando exatamente do tema doação de medula óssea.

Então, a Comissão Permanente é muito poderosa, ela pode convidar Secretários de Estado, autoridades, pessoas da sociedade civil organizada para virem à Assembleia Legislativa prestar esclarecimentos. E é isso que temos feito permanentemente. Muitas vezes carecemos de estrutura. A comissão tem apenas uma funcionária, mas pegamos a equipe do nosso próprio gabinete, que trabalha ajudando nas funções da comissão. O que, aliás, é muito bom porque faz com que a equipe do gabinete sintam-se integrada com a equipe que é da Casa, a equipe que é da própria Assembleia Legislativa.

Sou Deputado há pouco tempo, tenho apenas 35 anos, embora aparente um pouco mais, estou em primeiro mandato, não sei como as comissões funcionavam antigamente aqui nesta Casa, mas posso garantir que

tenho recebido por parte da Mesa Executiva plena autonomia para fazer com que a Comissão de Saúde aja de forma extremamente pró-ativa e extremamente dinâmica. E é sobre isso que vou falar, daqui a pouco, somando a questão do lixo e a questão do esgoto com a questão da Saúde.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Falando em idade, eu era Prefeito e fui falar com o então Ministro Mário Andreazza, atrasou um pouco a audiência, e uma secretária, toda empetecada, cheia de joias e sabe lá quantas cirurgias plásticas, veio me atender. Há certa altura, por falta de assunto e tal, eu perguntei: escuta, qual é a idade da senhora? Quando ela falou, sem querer, falei: Puxa, mas parece tem bem mais! Quase que eu perco a verba para Londrina!

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

O Sr. nunca perguntou, durante a campanha, para alguma senhora um pouco obesa, se ela estava grávida?

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Já perguntei várias vezes.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Esta é uma das gafes mais comuns que um político comete.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Em campanha política acontece de tudo, não é? Agora parei. De vez em quando, batia na barriga da mulher e perguntava: e daí, está de quantos meses? Ela dizia: “Não estou grávida, não!” Além disso, outro dia no supermercado, estava beijando as mulheres que estavam chgeando lá, beijo para lá, beijo para cá, quando falei para uma delas: “Vou indo bem!” Bom, são coisas da política.

Mas Nobre Deputado Ney Leprevost, eu trocava ideia com o Deputado Alexandre Curi sobre essa história de CPI. No começo, uma CPI promove o Vereador, promove o Deputado, promove o Senador, promove o relator. Sempre tem os holofotes em cima de você, mas em médio prazo, ou em longo prazo, o feitiço vira contra o feiticeiro. Às vezes, o que requereu a CPI acaba se queimando.

Por exemplo, do que adianta criar uma CPI para discutir o problema da Saúde Pública no Paraná? Já sabemos que faltam hospitais, faltam especialistas, faltam UTIs, faltam remédios para a população. Tem pessoas esperando na fila há um ano, um ano e meio, para serem operadas. Eu crio uma CPI da saúde e, se não houver solução, com o passar do tempo, vão jogar na minha cara. Vão dizer: “Poxa, mas o Belinati criou uma CPI. Do que adiantou?” Uma CPI sobre Segurança Pública. Já sabemos que tem delegacia que fecha no final de semana, que tem apenas 3 mil e 300 policiais civis para atender.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Deputado Belinati, a própria Comissão de Segurança, a própria Comissão de Saúde, podem e devem, têm a função constitucional inclusive de levantar esses temas.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

É. Então, é interessante. Criam-se CPIs, o autor da CPI e o relator vão ficar no foco, sair todo dia na televisão e tal, mas com o passar do tempo vão jogar na cara: “Escuta, o que adiantou, o senhor criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para a Segurança, não resolveu; o senhor criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Saúde, continua tudo do mesmo jeito.” É evidente que temos que respeitar, porque é um exercício sagrado do mandato parlamentar. Mas o que falta, muito mais do que Comissão Parlamentar de Inquérito, é as nossas autoridades pararem de viajar só de avião e de vez em quando de carro, porque tem Governador que só viaja de helicóptero, avião a jato. Então não vê que as estradas têm buraco, principalmente nos pequenos Municípios. Aí, se a autoridade for ao encontro do povo não apenas no dia de festa, com banda de música tocando, vai saber quais são os problemas de cada Município, quais são os problemas que mais angustiam os paranaenses.

Parabenizo V. Exa. por essa notável sabedoria, pelo brilhantismo desse pronunciamento.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Deputado Belinati. O senhor sabe que admiramos muito a facilidade que o senhor tem para se relacionar com as pessoas, para conhecer os problemas do povo e transformar em palavras aquilo que o senhor sente que a população realmente está pedindo. As angústias de cada paranaense são realmente, através da sua pessoa, colocadas em público aqui e transformadas em palavras.

A Comissão de Saúde, que é uma Comissão Permanente de Casa, independente da instalação ou não de Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa para investigar as licenças para a construção de aterros sanitários, vai estar atenta e de olho no problema do lixo e no problema do esgoto, não aqui em Curitiba e nos Municípios da Região Metropolitana, mas em todo o Paraná.

A palavra ecologia vem do latim: logia quer dizer estudo; eco quer dizer ambiente. Ecologia é o estudo do ambiente. O homem hoje está preocupado com o estudo do meio ambiente, do ambiente onde ele vive. Não é à toa que em Kopenhagem, autoridades do mundo inteiro vão se reunir para tratarem da discussão da redução de taxas de emissão de carbono. Isso faz parte da proteção do meio ambiente, mas, em segundo plano, também da proteção da saúde do ser humano enquanto ser vivente no Planeta Terra, que é um Planeta que tem recursos minerais, hídricos, esgotáveis, e que se não for cuidado pelo homem e não receber os investimentos sempre de forma responsável, ambientalmente correta e com sustentabilidade, este Planeta irá acabar desaparecendo.

Bom, enquanto os grandes Chefes de Estado tratam da redução da emissão de gás carbônico, tempos que tratar aqui dos nossos rios, do nosso esgoto, do nosso lixo, que através do chorume contamina os lençóis freáticos e a população acaba, inclusive, consumindo essa água contaminada. Por isso, se qualquer um do povo protocolar denúncia comprovando danos à saúde das pessoas que moram próximas dos aterros, teremos o dever de agir em defesa do interesse da comunidade, podendo, inclusive, pedir para o Ministério Público nos auxiliar na garantia dos direitos básicos estabelecidos pela Constituição Federal.

No momento, a Comissão de Saúde já está questionando uma possível instalação de aterro sanitário no Município de Itaperuçu, Região Metropolitana de Curitiba.

Enviamos expediente à Secretaria Estadual do Meio Ambiente questionando se foram realizados estudos prévios de impacto e danos à saúde da população que vive nas proximidades do local destinado ao lixo de Itaperuçu.

Fui procurado por moradores que estão preocupados. Temos que saber se existe autorização dos órgãos oficiais para que essa empresa de São Paulo instale o aterro em Itaperuçu.

A questão do Caximba também pode parar na Comissão de Saúde aqui da Assembleia Legislativa: se o IAP e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, da Prefeitura de Curitiba, não chegarem a uma solução para que o chorume oriundo do aterro para de contaminar o lençol freático nas vizinhanças do aterro do Caximba, teremos que convidar o Vitor Hugo Burko, Presidente do IAP, e o Andrigheto, meu amigo Secretário do Meio Ambiente, para que venham aqui na Comissão de Saúde da Assembleia e entrem em um acordo que proteja a saúde da população vizinha ao aterro do Caximba.

Vamos agir através da Comissão de Saúde com mão de ferro, na defesa do interesse público. A vida humana se sobrepõe ao lucro pecuniário, não podendo ser a saúde das pessoas colocadas em risco, por negligência de entes públicos ou privados, e muito menos pela ganância do empreendedor particular.

Outra questão que está preocupando os Deputados da Comissão de Saúde, nobre 1º Secretário Alexandre Curi, é a denúncia feita pelo CREA, de que esgotos estão sendo despejados nos rios de Curitiba. Isso é uma barbárie. Quando pagamos abastecimento de água, paga junto o tratamento de esgoto. Se esse esgoto, ao invés de ir parar na rede, é jogado nos rios, ele coloca em risco a saúde da população, que vive nas áreas de risco às margens desses rios.

Na semana passada, o Presidente do CREA, Álvaro Cabrini, esteve aqui e prometeu um estudo sobre os despejos irregulares de esgotos em Curitiba.

Dizer às pessoas de todo o Paraná que tiverem denúncias de danos causados à saúde de qualquer pessoa, devido a problemas ambientais, que a Comissão de Saúde está apta para receber essas denúncias, investigá-las e,

principalmente, cobrar das autoridades legalmente constituídas, a solução para esses problemas, fazendo com que outras pessoas não venham ter riscos devido a problemas ambientais, seja, eles na área do lixo ou na área da contaminação das águas.

O nosso site é www.neyleprevost.com.br. Quero convidar as pessoas a contribuírem com o nosso mandato parlamentar, enviando essas denúncias, críticas construtivas, sugestões, ideias, propostas. Estamos aqui para trabalhar pela população e honrar o mandato que nos foi concedido pelo povo do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Vou usar o horário do PPS, porque na verdade não é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PMDB.

(Declina)

PPS. Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, dizer que estou apresentando nesta tarde um requerimento pedindo a formalização da atuação conjunta das Comissões de Fiscalização, de Ecologia e Meio Ambiente e de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, para apurar as denúncias a respeito das licenças ambientais e contratos de aterro de iniciativa privada no âmbito do Estado do Paraná. Como propusemos a CPI e de acordo com a opinião da Mesa Executiva, em respeito a esta decisão vamos fazer esses encaminhamentos e essas investigações, através destas três comissões. Mas através deste requerimento peço o apoio da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, para que possamos compor uma comissão dentro destas três comissões e até mesmo convidando o Deputado Ney Leprevost, que também falou sobre o mesmo assunto através da Comissão de Saúde, da qual faço parte como Vice-Presidente, para que possamos apurar imediatamente as denúncias, fazendo as convocações, o mais rápido possível, dos Secretários, dos representantes e principalmente dos diretores ou presidentes das empresas de aterros, que ficam responsáveis pelo transporte e também pela destinação dos resíduos do lixo no Estado do Paraná.

Então, acho que talvez através dessa comissão proposta através desse requerimento, possamos dar andamento a essas investigações que são extremamente necessárias neste momento, através da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Democratas; Bloco PSB/PRB/PV; Liderança do Governo.

(**Declinam**)

Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Fazer uma rápida colocação em relação à decisão tomada pela Mesa no dia de ontem, que diz respeito à instalação das CPIs, sim ou não, e também fortalecer o trabalho das Comissões Permanentes.

Tenho declarado durante o final de semana, a nossa opinião particular sobre as CPIs. A CPI, é lógico, é um instrumento que sempre é usado pela maioria em qualquer Parlamento. Quero até dizer ao Deputado Marcelo Rangel, que não nos entendeu, que na entrevista em um dos jornais aqui da Capital, a nossa colocação foi muito clara. Sei que o assunto que o Deputado Marcelo Rangel tem levantado na questão do lixo, tanto da Capital, como de Ponta Grossa, como dos outros grandes centros, é uma questão preocupante. Não só das grandes Cidades, mas também das médias e até pequenas Cidades que usem qualquer local para despejar o lixo, que sem sombra de dúvida é prejudicial à Saúde Pública.

Mas, o Presidente Nelson Justus tem um entendimento e a Mesa também, que os trabalhos possam ser apurados, essas irregularidades, pelas Comissões Permanentes da Casa, desde que elas tenham a estrutura necessária para que se possa fazer esse trabalho. Acho que é muito importante.

Lógico, Presidente Nelson Justus, dependendo do trabalho que a Comissão Permanente levante, de repente se requer, após esse trabalho, até a instalação de uma CPI, que não pode se destacar de forma alguma, porque é um instrumento que o Parlamento tem o direito, até regimentalmente. Mas, vamos esgotar todos os meios.

Quero parabenizar o Deputado Marcelo Rangel por esse requerimento, para que trabalhe em conjunto com essas Comissões, seja de Obras, Meio Ambiente e Fiscalização, e também envolvendo a própria Comissão de Saúde nessa questão. Diz respeito efetivamente a essas comissões, Deputado Marcelo Rangel. Pode ter certeza que V. Exa., como todos os Parlamentares, estou na liderança e sempre tenho compartilhado todos os trabalhos na Assembleia Legislativa, exatamente essa responsabilidade com os Deputados que fazem parte da Oposição, e quanto mais Deputados participarem neste trabalho, nós da Oposição, que estamos em minoria na Assembleia Legislativa, o Governador tem o rolo compressor, ele usa a hora que quiser.

Por essa razão que não concordamos, sou o primeiro Deputado a me manifestar aqui na tribuna após as declarações do Governador do Estado do Paraná, que na semana passada ele não convidou, ele convocou os Deputados da Oposição para a instalação de uma CPI.

Ora, se ele quiser uma CPI, que ele convença a sua bancada e que faça a CPI. Eu disse naquela ocasião e volto a dizer: se o Governador tivesse dado ouvido aos Deputados da Oposição, o Deputado Marcelo Rangel tem levantado tantas questões aqui na Casa, os Deputados Belinati, Plauto, Ney, Rossoni, Luiz Carlos Martins, Traiano, tantos outros Parlamentares têm levantado questões importantes que acontecem na Administração Pública e que, no nosso entender, muitas delas não chegam nem ao conhecimento do Governador, mas se ele desse ouvidos, com toda certeza, no seu Governo teria bem menos erros.

O Deputado Tadeu Veneri usou a tribuna e fez um relato daquilo que aconteceu na manhã de hoje na Comissão de Fiscalização, presidida pelo Deputado Artagão. Estivemos presentes, eu não faço parte da Comissão, mas qualquer Deputado pode participar da comissão, só não tem direito a voto, mas se quiser fazer questionamentos, participar, pode. Acho que é importante o envolvimento dos Parlamentares. A reunião que aconteceu hoje de manhã foi de extrema importância, contribuições houveram, o Presidente da Fundação COPEL fez o esclarecimento necessário, mas ele deixou de ser, é um ex-Presidente hoje, ele é funcionário da COPEL. A Comissão de Fiscalização já tomou algumas medidas, outras pessoas serão convocadas para esta Comissão.

O trabalho que o Deputado Marcelo Rangel iria fazer na CPI, com toda certeza o senhor vai fazer da mesma forma na Comissão Permanente a qual V. Exa. preside, com a participação dos demais Parlamentares, e que possamos esclarecer e resolver a questão, porque nós Deputados da Oposição não fazemos oposição só pelo fato de fazer oposição, nós queremos a questão resolvida, queremos o bem-estar do nosso Estado, queremos o bem-estar da sociedade do Paraná, queremos que o Paraná seja dotado de infraestrutura, que se resolvam os problemas e não se crie dificuldades para algumas questões que fazem parte da Administração Pública.

Muitos órgãos do Governo, empresas do Governo, atrapalham o Governo! Aquilo que levantamos ontem, denúncia que recebemos na semana passada, uma empresa pública, eu não sei se o Governador Roberto Requião está ciente, mas é um escândalo, o que existe na CLASPAR, não pela administração, mas escândalo pelo não pagamento dos salários dos funcionários! Não é possível que uma empresa pública do Estado do Paraná como a CLASPAR, vinculada à Secretaria da Agricultura, não pague seus funcionários. Não consigo entender, e acredito que o Governador não esteja nem sabendo disso, porque se soubesse ele teria demitido o Secretário desta pasta, ou Diretor-Presidente que ele tenha indicado, mas não dá para deixar os funcionários sem receber!

Da mesma forma outras denúncias que surgem aqui na Casa que talvez o Governador não fique nem sabendo, mas temos que fazer nosso papel como Oposição, porque a democracia nos tem ensinado: quem ganha, administra; quem perde, fiscaliza. É este trabalho que estamos fazendo aqui na Casa, para o bem do Paraná e até para ajudar o próprio Governador.

Governador, ouça um pouco mais a Oposição, que com toda certeza menos erros acontecerão no seu Governo.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, hoje pela manhã ouvi uma famosa estação de rádio aqui de Curitiba fazendo comentários sobre V. Exa. Acho que está na hora de reagirmos contra esses comentários que, muitas vezes, são feitos de forma errada, e se consentimos, as mentiras vão continuar.

Queria fazer uma questão de ordem a V. Exa. no sentido de que já que o Deputado Marcelo Rangel entendeu que o caminho é pelas comissões, que é o que falamos ontem, e até tem mais força pelo fato de ele ser Presidente da Comissão de Obras e a Comissão de Fiscalização mostra-se atuante, a partir de hoje, com o Deputado Artagão, eu perguntaria a V. Exa., Sr. Presidente: como fica esta CPI que está protocolada? Ela passa a não existir ou vamos deixar que daqui a 15 dias alguém venha dizer, de novo, que este Parlamento tem uma CPI engavetada. Eu queria saber de V. Exa. qual é o trâmite desta CPI, porque oficialmente está protocolada, então ela existe, a não ser que algum Deputado retire a assinatura, aí ela passa a não existir. Senão daqui a 30 dias nós vamos cair no mesmo problema: qual é a CPI que está de pé? Não tem nenhuma! Vamos encerrar este assunto de CPI, não tem nenhuma CPI em andamento, vamos trabalhar pelas comissões, vamos parar de arrumar chifres na nossa cabeça!

E uma questão de ordem, Sr. Presidente, o Deputado Elio Rusch falou que os Governos têm que ouvir a Oposição. Isso é bacana.

Pena que o ex-Governador Jaime Lerner não tenha ouvido a Oposição no passado. É a mesma coisa. Se ele tivesse ouvido, não estávamos pagando esse roubo de 70 milhões todo mês. Tenho certeza que o Pugliesi, que era o valente homem da Oposição, e mais alguns Deputados estavam sempre lembrando, a minoria naquela época, que estavam roubando o Paraná. Isso também acontecia no Paraná, só para deixar esse outro lado da moeda e queria fazer essa questão de ordem com V. Exa.

Como fica essa CPI que oficialmente tem 19 assinaturas, ou algum Deputado já retirou a assinatura?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não. Eu sequer vi esse pedido das CPIs. No dia que foi dada entrada não era eu que presidia a Sessão. Nós, a Mesa Executiva, reuniu-se ontem e tomou a decisão em conjunto, que iríamos esgotar os meios para evitar que a CPI venha a prosperar. Se temos todos os

mecanismos das Comissões Permanentes, e o próprio Deputado que colheu as assinaturas requer que se unam, acho perfeitamente válido que nos valhamos dessas comissões para apurar eventuais denúncias. É isso que temos que fazer. Isso cabe a nós. Se efetivamente mostrarmos ineficácia nas nossas Comissões Permanentes, nas Comissões Especiais, aí poderemos nos valer desse pedido. Mas enquanto isso vamos nos valer das Comissões Permanentes da Casa. Se algum dia V. Exas. usarem da tribuna e disserem: “Presidente, quero aqui deixar patente a minha declaração de que a Comissão Permanente de Fiscalização, juntamente com a Comissão de Meio Ambiente, com a Comissão de Obras, com a Comissão da Saúde, com a Comissão de Segurança, não obtiveram resultado algum, não prosperaram, não se apurou nada”, eu vou dar a mão à palmatória a V. Exas., porque disse muito bem o Deputado Ney Leprevost, quem faz a Comissão é o Presidente.

O Deputado Ney Leprevost foi modesto ao elogiar apenas a CCJ. A Comissão de Saúde funciona muito bem na Casa, a Comissão de Meio Ambiente também. É importante que nos utilizemos dos mecanismos que temos, senão vamos ficar discutindo o sexo dos anjos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não vou concordar com V. Exa. Não posso concordar. Temos um Regimento Interno que determina que no momento em que alguém protocola uma CPI ela tem que ser respeitada. Mesmo que o autor diga que não quer mais a CPI. Agora, o que estou perguntando para V. Exa é o seguinte: vai que amanhã estoure um escândalo grande no Paraná e precisemos fazer uma CPI. Como aconteceu com o BANESTADO. Nós não temos mecanismos, porque aí vem o Deputado Romanelli dizer: “Tem cinco CPIs em andamento.” Não é verdade!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Mas temos os mecanismos, que são tão eficazes quanto da CPI.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

As CPIs, aquelas para trás, elas existem ou não existem? Aquelas que foram protocoladas e que nunca funcionaram? E essa CPI do Deputado Marcelo Rangel, a partir do momento em que V. Exa recebeu a CPI, ela passa a fazer parte de uma ata desta Sessão, faz parte de uma Sessão Legislativa?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Essa CPI já não existe para mim.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para trás? Todas? A partir de hoje não existe nenhuma CPI?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Está sendo transmitido ao vivo pela TV, e os cidadãos paranaenses gostariam de saber como funciona. Qual é o trâmite? Segundo o Regimento existe a possibilidade, a prerrogativa de qualquer Parlamentar colher assinaturas dos Deputados para se protocolar uma CPI? E segundo o Regimento, cabe à Presidência instalar ou não a CPI? Pois foi o que eu fiz. Inclusive o Deputado Dobrandino também assinou a CPI que trata sobre licenças ambientais e aterros sanitários. Dezenove Deputados fizeram isso, eu fiz o protocolo, protocolei.

Segundo o Regimento, Sr. Presidente, na verdade as CPIs poderiam trancar a pauta se elas estivessem em funcionamento. Isso está muito claro no Regimento, somente em funcionamento. Não existe nenhuma CPI em funcionamento, mas ainda, segundo o Regimento Interno da Assembleia, cabe à Presidência, cabe à Mesa Executiva instalar ou não. O Sr. Presidente foi claro, fez um pronunciamento, recebe críticas inclusive por parte da imprensa com relação a isso de que não tem a intenção de instalar a CPI.

Faço uma sugestão, como questão de ordem, que a CPI que já está protocolada fique, a não ser que algum outro Parlamentar venha retirar a assinatura, porque também pode existir isso. Eu não vou retirar a assinatura, mas qualquer outro Parlamentar pode retirar a assinatura a qualquer momento. Já que ela está protocolada, como vamos fazer um trabalho através das Comissões de Obras, Fiscalização e Meio Ambiente, vamos fazer as convocações, vamos investigar a fundo, vamos trazer os representantes dos aterros, das empresas privadas, enfim: Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, de todo Estado do Paraná. Vamos fazer essas investigações.

Caso realmente as denúncias, e são diversas, procederem, gostaria de pedir novamente ao Sr. Presidente, que daí sim a Mesa Executiva instale definitivamente a CPI.

Essa seria a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Queria fazer uma cobrança neste mesmo assunto das chamadas CPIs, que tanto está se discutindo hoje, e a imprensa muitas vezes está batendo nos Deputados.

Queria lembrar, ontem vi o Deputado Neivo Beraldin fazer umas colocações que procedem. Os Deputados estão lá para quê? Se não fazem CPI, não fazem coisa nenhuma, acaba em pizza?

Eu presidi, com o apoio desta Casa, inclusive de V. Exa. a CPI dos Jogos Mundiais da Natureza, e teve ali técnicos da mais alta qualidade que a Casa nos forneceu e deu todo o apoio. Nós levantamos e foi comprovado, através da CPI, de obras que estavam só no papel e as obras não foram feitas. Tudo foi feito dentro da mais alta competência e dentro das formalidades.

Pois bem, a Casa cumpriu com a sua obrigação, Deputado Marcelo Rangel, cumpriu com o seu compromisso. No entanto entregamos isso ao Ministério Público, nas mãos da ex-Procuradora, e até agora não se ouviu falar mais.

Gostaria que a imprensa, ao invés de só cobrar dos Deputados, que ajude a cobrar do Ministério Público, como disse o Deputado Neivo Beraldin. Foi feita a CPI, imagino que foi apurado, o que era possível foi feito. Agora, a Assembleia não pode prender ninguém, não, mas a Justiça sim. Agora, a imprensa, imagino que tem a obrigação, como cobram tudo desta Casa, de cobrar também do Ministério Público e do Poder Judiciário, porque está na gaveta. Quem deveria, na verdade, dar sequência, fica parado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Pela Ordem)**

Está hospitalizado em Curitiba o ex-Governador Jaime Lerner, está na UTI do Instituto de Neurologia. Desejamos a ele uma breve recuperação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sr. Presidente, ainda discorrer um pouco sobre as CPIs, a importância delas. É verdade o que disse o Deputado Dobrandino, esta Casa aqui constitui a CPI, faz a investigação, apura-se os fatos. Qual é o procedimento máximo que o Poder Legislativo pode fazer nessa questão? É encaminhar ao Ministério Público, que tem a responsabilidade de promover as ações civis e criminais, é onde a Assembleia pode chegar.

A Assembleia, o Parlamento e as Comissões Internas da Casa sempre dependerão da Comissão Executiva, para que, em nome da Casa, possa agir fora a Comissão de Fiscalização e Controle, que tem seus poderes garantidos na Constituição.

Como falei anteriormente, o BANESTADO, na época, o Tribunal de Contas não havia analisado sequer o rombo de R\$ 1 bilhão do BANESTADO Leasing. Não havia sido fiscalizada a compra de títulos podres de R\$ 400 milhões: Osasco, Guarulhos e Maranhão.

O que é que faz o Poder Legislativo? É levantar e entregar ao Ministério Público que, por sua vez, também deve estar muito atarefado.

Mas quando se recomenda o Ministério Público, quando se trata de grandes questões do Estado, temos a dívida fundada no Estado, hoje, em quase R\$ 20 bilhões.

Certamente esses R\$ 20 bilhões, de 12 a 14 ainda são fruto do rombo do BANESTADO, e o Deputado Nereu Moura é Presidente da Comissão de Orçamento, V. Exa. sabe perfeitamente dos R\$ 25 bilhões que

teremos para investir no ano que vem, não teremos R\$ 500 milhões para custeio e investimento. O resto está na dívida fundada, está na responsabilidade com a folha de pagamento. Enfim, essa é uma grande constatação que temos que começar a debater mais essa questão do orçamento público, para que as pessoas não tenham a ilusão de que o próximo Governador vai ter na sua mão uma possibilidade enorme de fazer determinadas coisas, sendo que o nosso orçamento lhe dá um limite de ação muito restrito. Porque na década de 90, no Estado do Paraná, não devia 2,5% da sua receita, tanto da dívida interna, quanto externa. Hoje deve, como disse, perto de R\$ 20 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero responder à questão de ordem do Deputado Marcelo Rangel. Qualquer outro tipo de questão de ordem que V. Exas. queiram fazer poderão fazer por escrito.

Quero deixar claro, V. Exa. não estava aqui na Sessão, Deputado Rangel, e conversei de maneira amistosa com o Deputado Neivo Beraldin, coisa que deveria fazê-lo de uma tribuna a outra, mas fizemos quebrando o protocolo da Casa.

O que quero que fique claro é que os tempos são outros. No momento em que da CPI do BANESTADO, tanto o Deputado Dobrandino como o Deputado Neivo Beraldin presidiram Comissões Parlamentares de Inquérito, a Assembleia era outra. A Assembleia não dispunha dos mecanismos que ela dispõe hoje. Volto a repetir, a começar por essa televisão. A denúncia que V. Exa. faz aqui hoje entra na casa de milhares de pessoas, o Ministério Público, a imprensa e assim por diante. Os tempos são outros. O que esta Presidência tem procurado buscar com todas as suas forças é o equilíbrio e o bom senso.

Quero evitar no ano eleitoral que nós, pelo calor da busca dos votos, cometamos injustiças e venhamos criar situações de embaraços a esta Casa.

Ora meu Deus do Céu! Temos todos os mecanismos, e V. Exa. sabe disso, para investigar qualquer dúvida ou questionamento que V. Exa. queira, sem a necessidade de colher 18, ou 20, ou 30 assinaturas, porque tudo o que a CPI poderia fazer, e é isto que eu quero debater, meu Deus do Céu, a Comissão de Fiscalização, do Meio Ambiente, de Saúde, podem fazer.

Se alguém me disser: “Não, tem uma diferença”. Não existe nenhuma, absolutamente! Quero evitar, exatamente, o aspecto holywoodiano de uma CPI, que eu já assisti nesta Casa. Isto quero evitar, estou tentando vencer V. Exas. É isto.

Hoje tivemos uma reunião aqui na Casa, com a presença de inúmeros Deputados da Comissão de Fiscalização, que foi a mais proveitosa possível. E tenho certeza que o desenrolar desta reunião vai trazer, sem dúvida nenhuma, frutos positivos para as dúvidas que tinham sido apresentadas.

Disse bem o Deputado Neivo Beraldin, não poderemos prender ninguém. Podemos encaminhar, sim, o resultado da Comissão de Fiscalização para o Ministério Público, para o Poder Judiciário, que tem a competência. Mas, nós, sim, temos o poder de fiscalizar. Nenhuma Assembleia tenha, talvez os poderes que a nossa tem. E precisamos usá-lo. É isto o que estou pedindo. Então, não tem esta história de “alguém retirou a assinatura”, “a CPI esta trancada”.

O objetivo de nós todos é o mesmo: queremos e devemos fiscalizar. E faremos com equilíbrio e bom senso. Sem isso, temos que agir. Este é o papel do Presidente da Assembleia. E é difícil. Podem ter certeza, porque entendo e compreendo a veemência, às vezes pontual, de uma questão ou outra. Mas tenho procurado, com toda franqueza, se é que é possível eu ser mais franco, tenho procurado seu justo e imparcial.

Ainda ontem entrei em contato com V. Exa. para que pudéssemos chegar a um denominador comum, fazendo com que as comissões funcionem. Eu acredito nelas. Perfeitamente. Mas, vamos tentar, e cabe a V. Exas. que me provem que eu esteja errado.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-s à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação n° 929/09, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e à Exa. Sra. Secretária de Estado da Educação, a cessão de uso definitivo da Quadra 47 e instalação onde funciona a Escola Municipal Cecília Meireles, ao Município de Paranavaí. **À Diretoria Legislativa, para devidos os fins.**

Indicação n° 930/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a implantação do Serviço de Implante Coclear no Hospital Universitário de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para devidos fins.**

Indicação n° 931/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a implementação das atividades de Cirurgia Urológica no Hospital Universitário de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para devidos fins.**

Indicação n° 932/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, melhoria da infraestrutura para ampliação de cirurgias otorrinolaringológicas no Hospital Universitário de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para devidos os fins.**

Indicação n° 933/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a atualização da Tecnologia Hospitalar em Cirurgia Urológica no Hospital Universitário de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para devidos os fins.**

Projeto de lei de autoria dos Deputados Pércles de Mello, Professor Lemos e Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5625, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência dos dias 10, 11 e 18 de novembro do corrente ano nas Sessões Plenárias, por estar em reuniões na Embaixada da Ucrânia em Brasília. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 5642, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 17 de novembro do corrente ano, por estar em reunião com direção de hospitais que atendem pelo SUS, para tratar de emendas coletivas da Comissão de Saúde. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 5648, de autoria do Deputado Pércles de Mello, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 18 de novembro do corrente ano, da Deputada Luciana Rafagnin, por a mesma estar em Brasília participando, juntamente com Prefeitos da AMP - Associação dos Municípios do Paraná, de ausência com o Ministro do Planejamento, Sr. Paulo Bernardo da Silva. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 5654, de autoria do Deputado Artagão Junior, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência nas Sessões Plenárias realizadas no dia 11 de novembro do corrente ano, em virtude de compromissos políticos previamente agendados no interior do Estado. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 5601, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 19 (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Só para saudar, estamos recebendo na Assembleia Legislativa os Vereadores da Cidade de Ampére, Dari, Nélio e Celso. Sejam bem-vindos a esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

De igual maneira os Vereadores Natalino Mandiocão do PMDB; João Monza, Milislei, administrador da Câmara de Bela Vista do Paraíso. Sejam bem-vindos à Casa. Espero que lá não falem tanto em CPI como aqui.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 469/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 079/09, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Barra do Jacaré. **Aprovada. (Publ. no DA n° 105/09, de 14/09/09, em Mensagens).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 470/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 080/09, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Engenheiro Beltrão. **Aprovada. (Publ. no DA n° 105/09, de 14/09/09, em Mensagens).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 576/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Avicultores de Bom Sucesso - AAVIBOM, com sede e foro na Cidade de Bom Sucesso. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N° 576/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores e Avicultores de Bom Sucesso, com sede no Município de Bom Sucesso e foro no Município de Jandaia do Sul.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16/11/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 354/09, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 354/09, que dispõe sobre o uso de meio eletrônico para a tramitação de processos, comunicação de atos e transmissão de peças no âmbito de suas atribuições, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda. **Aprovada por unanimidade.**

Projeto. **Aprovado por unanimidade.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 473/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que destina assentos a idosos, deficientes físicos, gestantes e lactantes nos terminais rodoviários localizados no Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 529/09, de autoria do Deputado Elio Rusch, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placa informativa do direito do idoso em estabelecimentos localizados no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDD-MCA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 580/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 092/09, que fica concedido remissão dos débitos das Companhias de Desenvolvimento Municipais, para com o Fundo de Desenvolvimento Econômico. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 580/09

P A R E C E R :

O presente projeto tem por finalidade conceder remissão aos créditos listados, devidos ao Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná - FDE e aqueles referentes aos denominados ativos provenientes do processo de saneamento e privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.

Os créditos somados atingem vultosa quantia, de ordem superior a R\$ 700 milhões de reais (de acordo com dados fornecidos na Mensagem n° 092/09 - pagna 1). Pois bem, restando aprovado na CCJ, o que atesta sua constitucionalidade, foi encaminhada a proposta para que esta Comissão Permanente possa analisar o viés econômico financeiro, consoante artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Prefacialmente, deve se destacar que o FDE é administrado pela Agência de Fomento do Estado do Paraná, esta criada pela Lei n° 11741/97, alteradas por leis posteriores em pontos específicos. Entretanto, os valores arrecadados por tal Agência reverte em proveito do Estado do Paraná, da mesma forma os ativos a serem arrecadados pela privatização do BANESTADO.

Prosseguindo, esta comissão tem o condão de efetuar análise sob o aspecto financeiro, é dizer, se efetivamente a proposta afeta a economia e por decorrência qualquer questão econômica. Parece ser esta o caso ora sob comento, na medida em que tão somente se menciona o valor a ser perdoado.

Através de estudo, pode-se inferir que os valores ora remetidos são receitas de natureza extra orçamentária. Por ser assim, não há que efetivamente haver previsão orçamentária para o fim buscado. Para corroborar essa afirmação, note-se o conceito trazido pelo Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario>):

Receita Extra Orçamentária - Valores provenientes de toda e qualquer arrecadação que não figure no orçamento e, conseqüentemente, toda arrecadação que não constitui renda do Estado. O seu caráter é de extemporaneidade ou de transitoriedade nos orçamentos.

Prosseguindo na análise, verifica-se que os valores também não são de natureza tributária, é dizer, não há que se perquirir sobre a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Para remate, importante se dizer que nenhuma outra lei que verse sobre a temática financeira restou desrespeitada.

Com base nessa análise, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 18/11/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para dizer que na verdade estamos resolvendo uma questão dos Municípios. Já foi votado, é um débito que os Municípios têm através das suas Companhias de Desenvolvimento junto com o Governo do Estado, na verdade é do FDE. E quando se fala do FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico, ele vinha desde a época do BADEP; extinguiu-se o BADEP, se transferiu todos os títulos, aquela carteira de débito para o BANESTADO. E aqui também, o próprio Governador fala, o total da remissão da dívida, do perdão das dívidas que o Estado faz com os Municípios, chega em torno de 700 milhões. E desse não sei qual é o valor, mas deve chegar algo em torno de 400 a R\$ 500 milhões de reais, que é do FDE, que é do BANESTADO. Quer dizer, uma das razões da dívida do BANESTADO são essas questões que estão aparecendo agora. Muito se fala do BANESTADO, roubaram, desviaram. Um dos recursos está aqui, é do FDE, que é um dos títulos que o Estado não estava recebendo, mas na verdade cons-

tava na época do saneamento do BANESTADO. Porque o Governo do Estado teve que pegar dinheiro emprestado para sanear as dívidas que o Estado do Paraná tinha, empréstimos mal realizados, isso nas décadas de 1960, 1950, 1970.

Então, essas dívidas vieram se acumulando. O Jaime Lerner teve um erro sim, porque ele não fez a intervenção do Banco Central em dezembro de 1994, quando veio aquela carta alertando do risco que o BANESTADO estava correndo. E agora aqui fala dos ativos do FDE, que o BANESTADO tinha e que estava devendo para o próprio Governo.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Quero registrar meu voto contrário a esse projeto, porque de acordo com o pronunciamento do Deputado Elio Rusch, alguns Municípios pagaram as suas contas. A Cidade de Ponta Grossa pagou a conta que devia ao Estado do Paraná. Alguns Municípios estão sendo privilegiados, estão recebendo esse dinheiro que era uma conta que outros Municípios não receberam. Meu voto contrário, porque algumas Cidades pagaram e outras foram privilegiadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apesar de já ter sido matéria vencida e votada está aprovada e rendemos as nossas homenagens ao Governador Roberto Requião pela iniciativa do projeto.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só uma correção, na verdade são 959 milhões e 212 mil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que declara de utilidade pública o Clube de Mães Sagrada Família, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. (**Publ. no DA nº 060/09, de 08/06/09, em Projetos de Lei**)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 282/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Professor Lemos, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Clube de Mães Sagrada Família, com sede e foro no Município de Santa Maria do Oeste - Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do Projeto de Lei em análise. Na forma da Emenda anexa.

Sala das Comissões, em 27/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 282/09

Atendendo ao disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 282/09, que passa a ter a sua súmula com a seguinte redação:

“Súmula: Declara de utilidade pública o Clube de Mães Sagrada Família - CMSF, com sede no Município de Santa Maria do Oeste e foro no Município de Pitanga.”

Sala das Comissões, em 17/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 019/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas dos Srs. Deputados, referente ao mês de outubro de 2009. Resoluções nºs 003/04 e 003/09. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 019/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados previstas na Resolução nº 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº 003/09, referente ao mês de outubro de 2009.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17/11/09.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoio:

Francisco Bühner, Edson Strapasson, Elio Rusch e Reni Pereira.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
PROPOSIÇÃO Nº 067/09

P A R E C E R :

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 067/09, dando conhecimento da prestação de contas das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de outubro de 2009, regulamentada pela Resolução nº 003/04, com as modificações contidas na Resolução nº 003/09.

Analisando o referido relatório e demais peças à ele anexadas, constatamos que as contas prestadas estão corretas, obedecendo a legislação em vigor, conclui este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável - aprovado.

Sala das Comissões, em 17/11/09.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nºs 5602 e 5603, de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 5604 a 5607, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 5608 a 5611, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 5613 e 5614, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 5615 e 5616, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5617, de autoria do Deputado Pércles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 5620 e 5621, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5623, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5624, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5627, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 5628 a 5641, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5646, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5647, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 5652 e 5653, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 5655, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado do Deputado Jonas Guimarães, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 298, 471, 497 e 562/09.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 282/09 e do Projeto de Resolução nº 019/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 533e 535/09.

Levanta-se a Sessão.